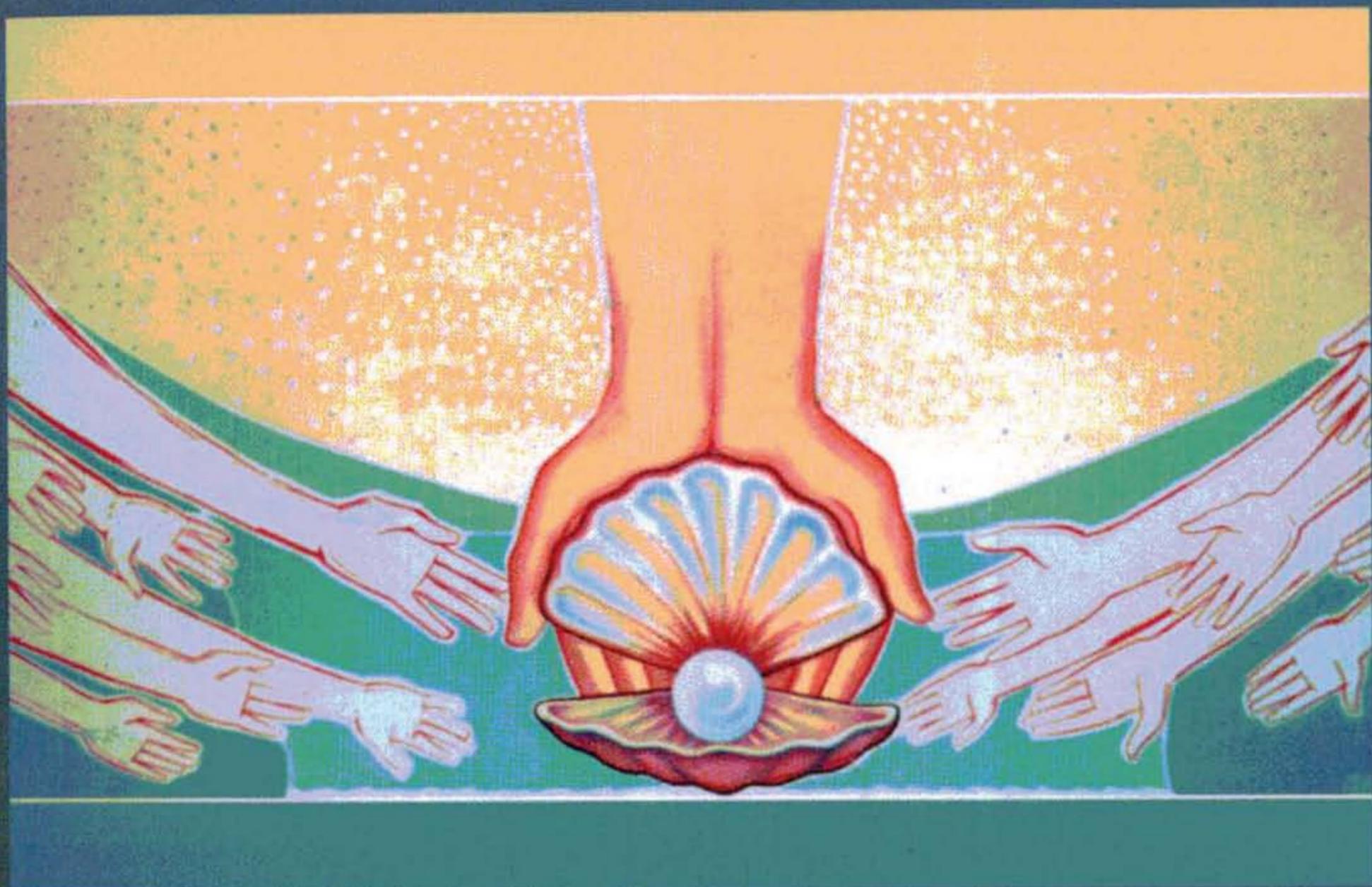


CONVERGENCIA

MAIO • 1999 • ANO XXXIV • Nº 322



- ✓ **MARIA EM CANÁ:
ALIANÇA, PRAZER E TERNURA**
- ✓ **DEUS-PAI E OS EXCLUÍDOS**
- ✓ **DIREITO AO TRABALHO**
- ✓ **PRESENÇA SOLIDÁRIA E FORMAÇÃO INICIAL**
- ✓ **QUARTO CANTO DO SERVO DE JAVÉ**

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Editorial | 193 |
| Palavra do Papa | 195 |
| Informe CRB | 199 |
| Artigos | 204 |
| Maria em Caná (Jo 2,1-12): Aliança, Prazer e Ternura | 204 |
| <i>Pe. Paulo Roberto Gomes, MSC</i> | |
| Deus-Pai e os Excluídos | 209 |
| <i>Pe. Vitor Galdino Feller</i> | |
| Direito ao Trabalho, Exigência Primordial da Ética Social... .. | 224 |
| <i>Frei Carlos Josaphat, OP</i> | |
| Presença Solidária e Formação Inicial | 239 |
| <i>Ir. Afonso Murad, MARISTA</i> | |
| Uma Leitura Contemplativa do Quarto Canto do Servo de Javé (Is 52,13-53,12) | 250 |
| <i>Pe. Fernando Arrocha Duarte, SJ</i> | |

A ilustração da capa da Convergência é uma cópia do painel da XVIII Assembléia Geral Ordinária da CRB (1998), do autor Anderson S. Pereira, MSC. O painel chama a atenção para a importância da temática central da AGO — Novo Milênio e Refundação da Vida Religiosa.

ASSINATURA PARA 1999:

| | |
|------------------------------------|------------|
| BRASIL: Terrestre ou aérea | R\$ 65,00 |
| Número avulso (Brasil) | R\$ 6,50 |
| EXTERIOR: Terrestre ou aérea | US\$ 85,00 |

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitório, SJ

Pe. Cleto Caliman, sdb

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelândia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

“Fazei tudo o que ele vos disser”

(Jo 2,5)

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

Maio, na tradição da Igreja católica, é associado, há muitos anos, a uma figura de mulher, a figura de Maria de Nazaré. Pode-se questionar tal prática como vinculada a uma visão sacral da realidade, mais própria de outros momentos históricos, quando a necessidade de sacralizar tempos e espaços se impunha. O certo é, porém, que a piedade popular busca *espaços* e *tempos* para cultuar, de maneira especial, a Mãe de Deus. E maio continua sendo, sem dúvida, um desses *tempos*.

A figura de Maria, sua estreita vinculação com Jesus, seu poder de intercessão, seu lugar singular na comunidade dos seguidores de Jesus são evocados e celebrados com devota admiração na maioria das comunidades, ao longo desse *mês mariano*.

Ao lado das expressões tradicionais de culto e das fórmulas de oração consagradas pelo tempo e pela devoção, com as quais os fiéis celebram a memória da Mãe de Deus, nessa e noutras épocas do ano, desenvolveu-se na Igreja, ao longo das últimas décadas, uma preocupação teológica e pastoral com uma catequese mariana que recupere traços fundamentais da figura histórico-bíblica de Maria de Nazaré e a re-situe na comunidade eclesial na perspectiva do desígnio salvífico do Pai.

Nessa perspectiva, Maria é a mulher associada de maneira única à obra da salvação, mas que “*não foi um instrumento puramente passivo nas mãos de Deus, senão que cooperou nessa obra com fé e obediência livres*” (LG 56). Agraciada por Deus com dons singulares, Maria é “*filha da nossa raça*”, mulher pertencente a um povo, numa época determinada da história, cultural e socialmente situada. Como todo cristão e toda cristã, “*caminhou na peregrinação da fé*” (LG 58), solidária com os sofrimentos e as lutas de seu povo, participando de suas alegrias, atenta sempre às necessidades de seus irmãos e irmãs.

O episódio de Caná é, sem dúvida, um dos momentos em que este perfil de Maria se manifesta de maneira mais transparente e luminosa. Inserida no cotidiano do povo, participando das alegrias de uma cerimônia de casamento, sensibiliza-se pelo constrangimento que poderia envolver aquelas famílias amigas e intercede. Sua frase dita discretamente aos que serviam — “*Fazei tudo o que Ele vos disser*” (Jo 2, 5) —

é o transbordamento de uma profunda experiência de te, tecida ao longo de muitos anos de convivência com seu filho Jesus. Maria tem a convicção de que “*o que Ele disser*” será sempre o caminho do encontro com a bondade e a misericórdia do Pai, um convite a “*realizar as obras do Pai*”. E as obras do Pai são amor, misericórdia, perdão, justiça, salvação e libertação. Essa são também as obras pelas quais os cristãos e cristãs serão reconhecidos como tais, ou seja, como filhos e filhas do Pai, seguidores de Jesus, criaturas novas conduzidas pelo Espírito.

A lição de maio, do *mês de Maria* é, portanto, extremamente vital. Como a Virgem de Nazaré, é preciso acolher com fé a palavra de Jesus e fazer, a seu exemplo, a vontade do Pai. Só assim nosso culto será verdadeiro e a memória da Mãe de Deus estará viva entre nós.

O artigo do **Pe. Paulo Roberto Gomes** — “*Maria em Caná: aliança, prazer e ternura*” — é uma leitura contemplativa do episódio de Caná. Nessa leitura, o autor trata de pôr em evidência o caráter cristológico do texto bíblico e apresenta Maria como intimamente associada à missão de Jesus. Na pessoa de Maria, Jesus contempla todas as mulheres e qualifica a presença do feminino na Igreja.

Pe. Vítor Galdino Feller no seu artigo — “*Deus-Pai e os excluídos*” — apresenta uma reflexão bem fundamentada nos textos do Antigo e do Novo Testamento sobre a relação profunda que existe entre Deus-Pai e os excluídos. O texto, estruturado ao redor de três eixos — conhecer o Pai, ser como o Pai, fazer as obras do Pai — coloca em evidência que o Deus revelado em Jesus Cristo ama profundamente os pobres, os pequenos, os excluídos e que ser como o Pai e fazer as obras do pai são exigências básicas no seguimento de Jesus.

O artigo de **Fr. Carlos Josaphat** — “*Direito ao trabalho, exigência primordial da ética social*” — é um texto de grande atualidade, extremamente lúcido, apto a suscitar e iluminar o debate e o compromisso evangelizador dos religiosos e religiosas. Partindo de uma breve e densa incursão histórica, o autor faz uma fecunda reflexão “sobre os paradigmas de uma ética econômica de conteúdo universalmente humano e de inspiração profundamente evangélica, para chegar à busca de estratégias operacionais, capazes de promover os direitos econômicos, centrados sobre o direito ao trabalho”.

“*Presença solidária e formação inicial*” é o sugestivo artigo de **Ir. Afonso Murad**, que oferece aos leitores, sobretudo àqueles e àquelas que têm uma responsabilidade mais direta na formação inicial das e dos jovens religiosos, uma reflexão profunda e bem fundamentada sobre a candente questão da solidariedade como um destaque da opção preferencial pelos pobres nas primeiras etapas da formação.

Pe. Fernando Arrocha Duarte, no seu artigo — “*Uma leitura contemplativa do quarto canto do Servo de Javé (Is 52, 13-53, 12)*” — apresenta uma contemplação do Servo sofredor e um itinerário de esperança diante do escândalo do sofrimento e da dor. Para o autor, “mais do que interpretações teóricas, o que na Bíblia encontramos são as reações de fé de homens e mulheres confrontados com a dor”. Sua experiência é proposta hoje para os “nossos desertos, opressões, rebeldias, perseguições, desencantos e desesperanças, como a pequena luz de um candeeiro na qual podemos acender o nosso”.



PALAVRA DO PAPA

NUNCA MAIS OS ATAQUES À VIDA!

**O empenho social de todos os cristãos
esteja em sintonia com a sua vocação
de filhos de Deus**

Na manhã do dia 23 de janeiro, teve lugar na Basílica de Nossa Senhora de Guadalupe a solene Concelebração Eucarística, evento importante que representou o ponto central desta Viagem Apostólica ao México.

No final da Santa Missa, o Sumo Pontífice entregou um exemplar da Exortação Apostólica «Ecclesia in America» a um grupo de Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, simbolizando assim o empenho de todos por levar avante a nova evangelização do «Continente da Esperança e da Vida». Antes da bênção conclusiva desta Celebração, João Paulo II recebeu a homenagem dos responsáveis da Comunidade Ortodoxa e da Comunhão Anglicana.

Eis o texto da homilia pronunciada pelo Papa:

Amados Irmãos

no Episcopado e no Sacerdócio

Queridos Irmãos e Irmãs no Senhor!

1. «Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho, nascido de mulher» (Gl 4,4). O que é a plenitude dos tempos? A partir da **perspectiva da história humana**, a plenitude dos tempos é uma data concreta. É a noite em que o Filho de Deus veio ao mundo em Belém, segundo quanto foi anunciado pelos profetas, como escutamos na primeira leitura: «Por isso, o mesmo Senhor por sua conta e risco vos dará um sinal: Olhai: A jovem está grávida e dará à luz um filho, por-lhe-á o nome de Emanuel» (Is 7,14). Estas palavras, pronunciadas muitos séculos antes, cumpriram-se na noite em que veio ao mundo o Filho concebido, por obra do Espírito Santo, no seio da Virgem Maria.

O nascimento de Cristo foi precedido pelo anúncio do anjo Gabriel. Depois, Maria foi à casa da sua prima Isabel para se pôr ao seu serviço. O evangelista Lucas recordou-no-lo, colocando diante dos nossos olhos a insólita e profética saudação de Isabel e a esplêndida resposta de Maria: «A minha alma glorifica ao Senhor e o meu espírito exulta de alegria em Deus, meu Salvador» (1,46-47). Estes são os acontecimentos a que se refere a liturgia de hoje.

2. A leitura da Carta aos Gálatas, por sua vez, revela-nos a **dimensão divina** desta plenitude dos tempos. As palavras do apóstolo Paulo resumem toda a teologia do nascimento de Jesus, com a qual se esclarece ao mesmo tempo o sentido dessa plenitude. Trata-se de algo extraordinário: **Deus entrou na história do homem**. Deus, que é em Si mesmo o mistério insondável da vida; Deus, que é Pai e, desde a eternidade, Se reflete a Si mesmo no Filho, consubstancial a Ele e pelo Qual foram feitas todas as coisas (cf. Jo 1,1.3); Deus, que é unidade do Pai e do Filho no fluxo de amor eterno, que é o Espírito Santo.

Apesar da pobreza das nossas palavras para expressar o mistério indescritível da Trindade, a verdade é que o homem, a partir da sua condição temporal, foi chamado a participar desta vida divina. O Filho de Deus nasceu da Virgem Maria, para nos outorgar a filiação divina. O Pai infundiu nos nossos corações o Espírito de Seu Filho, graças ao Qual podemos dizer: «*Abbá, Pai*» (cf. Gl 4, 4). Eis aqui, pois, a plenitude dos tempos, que colma toda a aspiração da história e da humanidade: a revelação do mistério de Deus, entregue ao ser humano mediante o dom da adoção divina.

3. A plenitude dos tempos a que se refere o Apóstolo está relacionada com a história humana. De certo modo, ao fazer-Se homem, Deus entrou no nosso tempo e transformou a nossa história em história de salvação. Uma história que abrange todas as vicissitudes do mundo e da humanidade, desde a criação até ao seu final, mas que se desenvolve através de momentos e datas importantes. Uma delas é o já próximo ano 2000 depois do nascimento de Jesus, o ano do Grande Jubileu, para o qual a Igreja se tem preparado também com a celebração dos Sínodos extraordinários dedicados a cada Continente, como é o caso daquele que foi celebrado no final de 1997 no Vaticano.

4. Hoje, nesta Basílica de Guadalupe, coração mariano da América, damos graças a Deus pela Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para a América — autêntico cenáculo de comunhão eclesial e de afeto colegial entre os Pastores do Norte, do Centro e do Sul do Continente — vivida com o Bispo de Roma como experiência fraterna de encontro com o Senhor ressuscitado, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América.

Agora, um ano depois da celebração daquela Assembléia sinodal, e em coincidência também com o centenário do Concílio Plenário da América Latina, que teve lugar em Roma, vim aqui para depositar aos pés da Virgem mestiça do Tepeyac, Estrela do Novo Mundo, a Exortação Apostólica *Ecclesia in America*, que recolhe os contributos e as sugestões pastorais do mencionado Sínodo, confiando à Mãe e Rainha deste Continente o futuro da sua evangelização.

5. Desejo expressar a minha gratidão àqueles que, com o seu trabalho e oração, fizeram com que aquela Assembléia sinodal refletisse a vitalidade da fé católica na América. De igual modo, agradeço a esta Arquidiocese Primacial do México e ao seu Arcebispo, Cardeal Norberto Rivera Carrera, o cordial acolhimento e a generosa disponibilidade. Saúdo com afeto o numeroso grupo de Cardeais e Bispos que vieram de todas as partes do Continente e os numerosíssimos sacerdotes e seminaristas aqui presentes, que dão imensa alegria e esperança ao coração do Papa. A minha saudação vai para além das paredes desta Basílica, a fim de abraçar todos os que, da parte ex-

terna, acompanham a celebração, assim como todos os homens e mulheres das diversas culturas, etnias e nações que integram a rica e pluriforme realidade americana.

6. «*Bem-aventurada és tu que creste, pois se não de cumprir as coisas que da parte do Senhor te foram ditas*» (Lc 1,45). Estas palavras que Isabel dirige a Maria, portadora de Cristo em seu seio, podem-se aplicar também à Igreja neste Continente. Bem-aventurada és tu, Igreja na América que, acolhendo a Boa Nova do Evangelho, geraste na fé numerosos povos! Bem-aventurada por crer, bem-aventurada por esperar, bem-aventurada por amar, porque a promessa do Senhor se cumprirá! Os heróicos esforços missionários e a admirável gesta evangelizadora desses cinco séculos não foram em vão. Hoje podemos dizer que, graças a isso, a Igreja na América é a Igreja da Esperança. Basta ver o vigor da sua numerosa juventude, o valor excepcional que se dá à família, o florescimento das vocações sacerdotais e de consagrados e, sobretudo, a profunda religiosidade dos seus povos. Não esqueçamos que no próximo milênio, já iminente, a América será o continente com o maior número de católicos.

7. Todavia, como os Padres sinodais ressaltaram, se a Igreja na América conhece bem os motivos para se alegrar, ela é também confrontada por graves dificuldades e importantes desafios. Devemos então desanimar? De maneira alguma: «*Jesus Cristo é o Senhor!*» (Fl 2,11). Ele venceu o mundo e enviou o seu Espírito Santo para renovar todas as coisas. Seria muito ambicioso esperar que, após essa Assembléia sinodal — o primeiro Sínodo americano da história — se desenvolvesse neste continente de maioria cristã uma maneira mais evangélica de viver e de partilhar? Existem muitos setores em que as comunidades cristãs do Norte, do Centro e do Sul da América podem manifestar os seus laços fraternos, pôr em prática uma solidariedade concreta e colaborar nos projetos pastorais comuns, cada uma oferecendo as riquezas espirituais e materiais de que dispõe.

8. O Apóstolo Paulo ensina-nos que na plenitude dos tempos Deus enviou o Seu Filho, nascido de mulher, para nos remir do pecado e fazer de nós Seus filhos e filhas. Deste modo, já não somos servos, mas filhos e herdeiros de Deus (cf. Gl 4,4-7). Portanto, a Igreja deve proclamar o Evangelho da vida e denunciar com força profética a cultura da morte. O Continente da Esperança seja também o Continente da Vida! Este é o nosso brado: uma vida com dignidade para todos! Para todos os que foram concebidos no seio da própria mãe, para os meninos de rua, para as populações indígenas e afro-americanas, para os imigrantes e refugiados, para os jovens privados de oportunidades, para os idosos e para todos aqueles que sofrem qualquer gênero de pobreza ou de marginalização.

Queridos Irmãos e Irmãs, chegou a hora de banir de uma vez para sempre do Continente qualquer ataque contra a vida. Basta com a violência, o terrorismo e o tráfico de drogas! Basta com a tortura ou outras formas de abuso! Deve-se pôr fim ao desnecessário recurso à pena de morte! Basta com a exploração dos débeis, a discriminação racial e os bolsões de pobreza! Nunca mais! Estes males são intoleráveis e bradam aos céus, exortando os cristãos a um diferente estilo de vida, a um compromisso social mais consoante com a sua fé. Devemos despertar a consciência dos homens e das mulheres com o Evangelho, a fim de evidenciarmos a sua sublime vocação de filhos de Deus. Isto há de inspirá-los a construir

uma América melhor. É urgente despertar uma nova primavera de santidade no Continente, de maneira que a ação e a contemplação caminhem lado a lado.

9. Quero confiar e oferecer o futuro do Continente a Maria Santíssima, Mãe de Cristo e Mãe da Igreja. Por isso, tenho a alegria de anunciar agora que declarei que, no dia 12 de Dezembro, em toda a América se celebre a Virgem Maria de Guadalupe com o grau litúrgico de festa.

Mãe! Tu conheces os caminhos que foram seguidos pelos primeiros evangelizadores do Novo Mundo, desde as ilhas Guanahani e La Española até as selvas do Amazonas e os cumes andinos, chegando até à Terra do Fogo no Sul e aos grandes lagos e montanhas do Norte. Acompanha a Igreja que desenvolve o seu trabalho nas nações americanas, para que seja sempre evangelizadora e renove o seu espírito missionário. Encoraja todos aqueles que dedicam a sua vida à causa de Jesus e à difusão do seu Reino.

Ó doce Senhora do Tepeyac, Mãe de Guadalupe! Apresentamos-Te esta incalculável multidão de fiéis que reza a Deus na América. Tu que entraste no seu coração, visita e conforta os lares, as paróquias e as dioceses de todo o Continente. Faze com que as famílias cristãs eduquem de maneira exemplar os seus filhos na fé da Igreja e no amor do Evangelho, para que sejam viveiros de vocações apostólicas. Volve hoje o teu olhar sobre os jovens e anima-os a caminhar com Jesus Cristo.

Ó Senhora e Mãe da América! Confirma a fé dos nossos irmãos e irmãs leigos, para que em todos os campos da vida social, profissional, cultural e política atuem de acordo com a verdade e a lei nova, que Jesus trouxe à humanidade. Dirige o teu olhar propício para a angústia de quantos sofrem de fome, solidão, marginalização e ignorância. Faze com que reconheçamos neles os teus filhos prediletos e dá-nos o impulso da caridade para os ajudar nas suas necessidades.

Virgem Santa de Guadalupe, Rainha da Paz! Salva as nações e os povos do Continente. Faze com que todos, governantes e cidadãos, aprendam a viver na autêntica liberdade, atuando segundo as exigências da justiça e o respeito dos direitos humanos, para que assim a paz se consolide definitivamente.

A ti, Senhora de Guadalupe, Mãe de Jesus e nossa Mãe, todo o carinho, honra, glória e louvor contínuo dos teus filhos e filhas americanos!

No final da solene Concelebração eucarística, João Paulo II pronunciou as seguintes palavras de agradecimento:

Obrigado por este esplêndido presente que me acompanhará. Tive a alegria de celebrar mais uma vez nesta Basílica, tão amada por todos os mexicanos e americanos, filhos da paz. Agradeço-vos as orações que todos os dias elevais por mim e pelo meu ministério petrino. Sei que continuareis a fazê-lo sempre.

Muito obrigado!

Joannes Paulus II

C O N F E S S I O E S



INFORME CRB

PELO PASSADO — GRATIDÃO
NO PRESENTE — ALEGRIA
PARA O FUTURO — ESPERANÇA

IR. ELZA RIBEIRO, PGAP

40 ANOS

A CLAR — Confederação Latino-Americana de Religiosos — está completando 40 anos! Idade-plenitude, como expressão de vida no passado e como promessa para anos futuros.

A CRB Nacional profundamente irmanada à CLAR, sente-se feliz em poder comemorar e celebrar este acontecimento que é de importância para toda a Vida Religiosa da América Latina e do Caribe. Nosso primeiro gesto é de GRATIDÃO ao Pai, princípio e origem de todas as coisas, que na Sabedoria do Espírito, suscitou a criação de um Organismo que fosse capaz de canalizar os projetos de milhares de consagradas e consagrados, que firmaram seus pés numa caminhada de fiel seguimento de Jesus, à luz de diretivas claras, seguras, dinamizadoras e comprometidas com o Reino.

Essa gratidão traz ALEGRIA, uma alegria partilhada e por isso mesmo mais intensa. Ela nasce da consciência de uma missão que vem sendo realizada na fidelidade às inspirações profundas do Evangelho, que impulsiona a VR na direção de uma resposta mais autêntica à vontade de Deus, manifestada nos sinais dos tempos.

Alegria que se prolonga na ESPERANÇA para o amanhã. Um amanhã vislumbrado hoje como concretização de uma VR capaz de fazer frente aos desafios e provocações que se lhe apresentem, mas certamente enraizada no ÚNICO FUNDAMENTO sobre o qual vem sendo construída ao longo dos séculos.

Com a CLAR e como CLAR, podemos dizer:

“O Senhor nosso Deus nos abençoou.

Ele conheceu nossa caminhada neste grande deserto.

Há quarenta anos Ele está conosco e de nada sofremos falta.

A nós foi concedido ver, para saber que o Senhor é que é Deus”

(Dt 2,7; 4,35).

UM POUCO DE HISTÓRIA

O final da década de 50 se caracteriza “pelo desejo de colaboração continental na sociedade e pelo fortalecimento das organizações da Igreja. Vão-se consolidando as Conferências Episcopais e começam a surgir as Federações de Religiosos/as” (Carlos Palmés, SJ).

Em 1955, na Primeira Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano realizada no Rio de Janeiro, com a liderança profética de D. Helder Câmara, foi criado o CELAM — (Conselho Episcopal Latino-Americano). Quatro anos depois, foi do CELAM que veio a inspiração de criar a CLAR. Já era realidade um instrumento unificador do Episcopado; agora surge, também, o organismo unificador do dinamismo da VR (2 de março de 1959).

A CLAR é a Confederação de todas as Conferências Nacionais de Religiosos da América Latina e do Caribe, e tem como objetivo acompanhar e animar a VR no Continente. Reúne as Conferências de 22 países, e atualmente, com um total de quase 150.000 religiosos/as, dos quais 3/4 constituídos por mulheres. As Conferências Nacionais de 21 países, hoje, são unificadas e apenas em um deles (Costa Rica), existem duas Conferências: uma para os homens e outra para as mulheres.

- Desde sua origem, a CLAR é regida por Estatutos próprios, aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica — CIVCSVA.
- É conduzida por uma Presidência, formada por um ou uma Presidente e três vice-presidentes, em cujo grupo deve haver sempre a representatividade de um religioso presbítero, uma religiosa e um irmão.
- Como executivo, tem um Secretário ou uma Secretária Geral, que é responsável pela implementação dos projetos e decisões das Assembléias Gerais.
- Estas são sempre eletivas, reúnem-se a cada três anos, duração do mandato da Presidência, e nelas são definidas as linhas mestras de animação e as atividades a serem desenvolvidas. Essas linhas são assumidas pelas diferentes Conferências e avaliadas nas Juntas Diretivas que se reúnem anualmente e procuram dar respostas às carências e necessidades do mundo, no momento histórico em que são definidas, a partir da realidade concreta de nossos países e culturas.
- As Assembléias Gerais são o órgão supremo da CLAR. Delas participam com direito a voto em todas as decisões, além da Presidência da CLAR, os/as Presidentes das diversas Conferências Nacionais e dois representantes de cada uma. Contam, sempre, com a presença e participação da CIVCSVA e, freqüentemente, de convidadas/os da União Internacional Superiores Gerais — UISG e União Superiores Gerais — USG, dos Organismos de Ajuda e representantes de Conferências do Canadá, Estados Unidos e Europa.

Abertura ao Espírito, atenção aos sinais dos tempos, aos apelos e necessidades do povo, às diretivas da Igreja, são pontos que orientam os projetos da CLAR em vista de uma presença efetiva e profética da VR no mundo.

Nestes 40 anos de existência, foram realizadas 13 Assembléias Gerais, das quais, duas no Brasil (1963 e 1994).

As Assembléias e Juntas Diretivas se reúnem cada vez em diferentes países, possibilitando um maior conhecimento da realidade e oferecendo às Conferências a criação de laços que tornem sempre mais fortes a comunhão, a solidariedade e a fraternidade no interior da vida religiosa.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA CLAR

No seu serviço específico de acompanhar e animar a VR, além de se constituir como elo de ligação das Conferências Nacionais, pela possibilidade de intercâmbio, de conhecimento, de partilha, a CLAR procura fomentar a colaboração dos Institutos religiosos e Sociedades de vida apostólica; estabelecer uma oportuna coordenação e uma sólida cooperação com o CELAM, com as Conferências Episcopais, com os Bispos em particular. Juridicamente constituída pela Santa Sé, com sua autoridade moral e profética, trata de captar as necessidades do mundo atual, em concreto na realidade Latino-Americana, para ser FIEL AO ESPÍRITO e DAR RESPOSTAS ÀS INTERPELAÇÕES DA HISTÓRIA. Confirmada em suas intuições pelas Assembléias Episcopais Latino-Americanas, a CLAR vem exercendo uma missão muito significativa nas mudanças que a VR percebe como necessárias e adequadas a cada momento da história. É assim que seu serviço tem muitas vezes provocado reações e questionamentos que a fazem assumir compromissos cada vez mais coerentes com a Verdade do Evangelho mesmo a custo de incompreensões e inauditos sofrimentos.

— Foram relevantes no passado, em nível Continental, as oportunidades que ofereceu de uma formação séria e atualizada, através dos Cursos, Seminários, Oficinas e Treinamentos, ministrados por pessoas conceituadas e reconhecidas, em todo o Continente, por sua capacitação e credibilidade nas áreas da Formação Inicial e Permanente, da Espiritualidade, da Bíblia, da Educação, da Pastoral, da Inserção, da Animação de Comunidades, da Teologia da Vida Religiosa, da Mulher Consagrada.

— A CLAR deslanchou processos, despertou interesses, firmou princípios e diretivas. Abriu e forçou brechas. Foi “ponta de lança”. Nenhum país da América Latina e do Caribe ficou ausente nesse esforço de subsidiarizar elementos de uma vida religiosa condizente com as grandes linhas e orientações do Vaticano II e suas aplicações na AL.

A renovação da Vida Religiosa foi também articulada e impulsionada pelas Publicações da CLAR, durante estes 40 anos. Em grande parte são fruto da reflexão encarnada dos teólogos e teólogas que a assessoram e são capazes de abrir caminhos, indicar direções e manter acesa a chama de um compromisso com o povo, sobretudo com os pobres, marginalizados e excluídos de hoje.

Entre esses teólogos e teólogas, destacam-se nomes de pessoas que souberam fazer da reflexão sobre a VR o elemento catalizador de suas próprias vidas, transformando palavras em gestos e atitudes proféticas, até o martírio. Deles nos beneficiamos e o serviço por eles e elas prestado continua sendo a “pitada de sal” que revela e intensifica o sabor dos compromissos da VR com os rostos desfigurados, sofridos, envelhecidos, maltratados, rejeitados, excluídos e eliminados de nossa sociedade neste final de século e de milênio.

A CLAR, com suas publicações, enriquece a VR e ajuda para que os passos sejam dados com firmeza e decisão quando se trata de responder “aos clamores dos pobres” em fidelidade ao Deus de Jesus Cristo.

A firme e consciente decisão de assumir a opção preferencial pelos pobres, preconizada pelas Conferências de Medellín e Puebla, como eco aos apelos do Vaticano II, é a constante que vem determinando a definição dos objetivos e a eleição das linhas inspiradoras e dos projetos que a VR na AL e no Caribe assume como suas e com as quais procura definir sua identidade. Essa fidelidade tem seu preço. Mas a CLAR tem a consciência de seu destino no conjunto das Organizações que firmam sua coerência no seguimento de Jesus como bandeira e utopia.

A CLAR HOJE

Os quarenta anos são um evento expressivo e significativo. Certamente é a oportunidade para uma parada e retomada de energias. Seguindo o dinamismo do Espírito, que está sempre criando, recriando, renovando e fazendo novas todas as coisas, a CLAR certamente relê, com júbilo, a “gloriosa história” nas páginas passadas, mas se prepara, com ainda maior empenho, para continuar escrevendo como VR, uma “grande história” que trará as marcas desta virada de século e de milênio, com todas as interpelações, desafios e provocações que traz consigo.

Na Assembléia Geral de 1997, a CLAR definiu seu projeto para o triênio (1997-2000) firmado no seguinte OBJETIVO:

“Face ao desafio da mudança de época, a CLAR se propõe dinamizar, com audácia evangélica, a partir da experiência de Deus e a partir de uma renovada opção preferencial pelos pobres, a Vida Consagrada da América Latina e do Caribe, para que seja sinal profético de esperança”.

Seguindo esta orientação, foram definidas cinco linhas inspiradoras, pontos referenciais aos quais devem estar conectadas todas as iniciativas e atividades promovidas pela CLAR:

- *Renovada opção preferencial pelos pobres*
- *O mundo dos jovens*
- *A mulher e o feminino*
- *Espiritualidade encarnada, libertadora e inculturada*
- *Nova eclesialidade.*

A história orienta os acontecimentos e lhes dá sentido. Premida por situações de desconforto e de conflito, a CLAR sentiu necessidade de firmar e reforçar seu serviço através das Conferências de Religiosos. Nesse intuito, consolidou-se um princípio de maior relacionamento e integração entre os países das diferentes Regiões geográficas da América Latina. Hoje temos, em plena vitalidade, as Regiões de Centro-América, compreendendo também o México e Panamá; a Região do Caribe; a região Andina e o Cone Sul. Muitas das atividades são realizadas em nível dessas Regiões, havendo, contudo, entre elas, laços profundos de comunicação, de entre-ajuda e de partilha.

A CLAR, nestes quarenta anos, conheceu a "travessia do deserto", viveu intempéries e conflitos, sofreu forças repressoras e incompreensões, suportou golpes e gozou de certezas, abriu-se à vida e se converteu aos pequenos. Hoje ela oferece ajuda para que a VR no novo milênio, no grande "Continente da Esperança" sustente uma ação evangelizadora imprescindível. Em moldes que ainda não conhecemos, por caminhos apenas vislumbrados na confusa situação de nossos países, mas, certamente, inspirada e firmada nas luzes do Espírito.

A CRB, como todas as outras Conferências de Religiosos, é um dos elos dessa grande corrente de inspiração, de aprofundamento, de concretização dos objetivos e linhas inspiradoras, trazendo para a nossa realidade de Brasil esses elementos potencializadores de uma VR significativa na realidade em que vivemos. Somos parte da CLAR, com ela sintonizamos, nos alegramos, nos entusiasmos, sofremos, projetamos, caminhamos, buscamos, esperamos.

Somos parte constitutiva dessa "Pátria Grande" e nela nos sentimos comprometidos e comprometidas, corresponsáveis pelo amanhã que está hoje em nossas mãos.

Pelo passado, GRATIDÃO — no presente, ALEGRIA — Para o futuro, ESPERANÇA. E nessa tríplice dimensão do tempo, nossos olhos se voltam, sempre confiantes, para Maria — a Mãe da Espera e da Esperança — a consagrada por excelência, para cantar com lucidez e simplicidade, com alegre ousadia:

O Senhor fez para a CLAR grandes maravilhas

O Senhor faz na CLAR grandes maravilhas

O Senhor fará pela CLAR grandes maravilhas.

Santo é Seu Nome.

Que a Virgem de Guadalupe, continue manifestando

à América Latina, à CLAR, seu carinho de Mãe:

"NÃO SOU EU TUA MÃE?"

OS QUARENTA ANOS DA CLAR
SERÃO CELEBRADOS EM BOGOTÁ — COLÔMBIA,
NOS DIAS 10 A 13 DE AGOSTO,
NUM ENCONTRO CONTINENTAL.

ARTIGOS

Maria em Caná (Jo 2,1-12): Aliança, Prazer e Ternura

PE. PAULO ROBERTO GOMES, MSC

INTRODUÇÃO

A figura de Maria, para nós católicos, encontra-se como um elemento importante de nossa identidade. Associada a Jesus e símbolo da Igreja tem sido interpretada mais no âmbito cultural e devocional do que bíblico-teológico.

O texto do evangelho de João, intitulado "Bodas de Caná", serve nas pregações homiléticas mais como reforço da intercessão mariana do que seu sentido original: a novidade trazida por Cristo. No fundo, trata-se de um texto essencialmente cristológico. Maria participa de forma secundária, o que não significa destituída de importância.

A leitura desse texto, no presente artigo, quer recuperar os estudos da exegese bíblica interpretando-o no contexto da aliança, do prazer e da ternura em que se destaca a figura feminina na participação pública da missão de Jesus e da sacramentalidade da Igreja.

Maria, como elemento feminino ao se fazer presente na novidade revelada por Jesus, conduz a Igreja à atitude de se repensar como lugar da aliança, do prazer e da ternura muito mais do que lugar de normas, leis e extremados moralismos.

1. LOCALIZANDO O TEXTO

O evangelho de João escrito por volta de 90 dC. tem a intenção de conduzir a fé em Jesus Cristo (Cf. Jo 20,30-31). Dividido em três partes: **Prólogo** (1,1-18), **Livro dos sinais** (1,19-12,50) e **Livro da exaltação ou da glória** (13-20)¹ procura despertar no leitor o sentido de que crer é ver o Jesus da história (sarx) entrevendo sua glória e descobrindo

neste fato sua atualidade, interpretação e profundidade.

Os sinais apresentados tem uma relação direta com o ato de fé, levando a descobrir e a compreender que Jesus de Nazaré é o Messias, o Filho de Deus².

O texto das Bodas de Caná insere-se dentro da semana programática de Jesus

1. Bruno Maggioni concorda com esta divisão feita por E. Brown, Cf. Rinaldo FABRIS e Bruno MAGGIONI, *Os Evangelhos (II)*, Loyola, São Paulo, 1992, p. 258.

2. Cf. *Ibidem*, p. 254.

(1,19-2,11), em que se apresentam os primeiros sinais da fé (2,13-4,54) e os sinais de contradição (5,1-10,42). No primeiro dia nos deparamos com João Batista que dá testemunho de si mesmo negando ser o Cristo (1,19-28). No dia seguinte ou o segundo (v.29), o profeta apresenta Jesus como Cordeiro de Deus (1,29-34). Seguindo outro dia (v. 35) ou o terceiro, alguns discípulos de João seguem Jesus (1,35-42). Transcorrendo mais um (v. 43) ou o quarto, Jesus chama Filipe e se encontra com Natanael (1, 43-51). Depois de três dias (2,1) segue o relato de Caná.

O primeiro sinal realizado por Jesus ultrapassa a categoria de milagres. João não fala de nenhum exorcismo ou cura associa-

da à expulsão de demônios, mas apresenta sete iniciativas do Nazareno que apontam muito além de um fato extraordinário³.

Os sinais de Jesus são referentes à cruz, momento que o evangelho de João, concebe como glória e exaltação, a chegada da hora. A cruz, na concepção joanina, inseparável da ressurreição (Cf. Jo 3,14) manifesta de forma visível o amor de Deus ao mundo, seu poder que se revela na conformidade e dependência do Filho com a vontade do Pai⁴. *Como o relato das Bodas de Caná, com a participação de Maria, sinaliza para algo fundamental da fé? Como esse texto descortina, para nós hoje, o lugar dado a Nossa Senhora, o papel da Igreja e o lugar da mulher?*

2. AS BODAS: NOVIDADE, PRAZER E TERNURA

O texto das Bodas de Caná é o seguinte:

No terceiro dia, houve um casamento em Caná da Galiléia e a mãe de Jesus estava lá. Jesus foi convidado para o casamento e os seus discípulos também. Ora, não havia mais vinho, pois o vinho do casamento tinha-se acabado. Então a mãe de Jesus lhe disse: "Eles não têm mais vinho". Respondeu-lhe Jesus: "Que queres de mim, mulher? Minha hora ainda não chegou". Sua mãe disse aos serventes: "Fazei tudo o que ele vos disser".

Havia ali seis talhas de pedra para a purificação dos judeus, cada uma contendo de duas a três medidas. Jesus lhes disse: "Enchei as talhas de água". Eles as encheram até à borda. Então lhes disse: "Tirai agora e levai ao mestresala". Eles levaram. Quando o mestresala provou a água transformada em vinho — ele não sabia de onde vinha, mas o sabiam os serventes que haviam

retirado a água — chamou o noivo e lhe disse: "Todo homem serve primeiro o vinho bom e, quando os convidados já estão embriagados, serve o inferior. Tu guardaste o vinho bom até agora!" Esse princípio dos sinais, Jesus o fez em Caná da Galiléia e manifestou a sua glória e os seus discípulos creram nele. Depois disso, desceram a Cafarnaum, ele, sua mãe, seus irmãos e seus discípulos, e ali ficaram apenas alguns dias.

O relato das Bodas de Caná se inicia dizendo "no terceiro dia houve um casamento em Caná da Galiléia" (v.1). O terceiro dia lembra a ressurreição de Jesus. Somado com os quatro dias da semana programática temos o sábado: conclusão da criação e aliança (Cf. Gn 2,1-3) quando se celebra um banquete de casamento. Oséias já havia usado a metáfora das núpcias para falar da aliança (Os 2, 18-22) e Isaías já havia falado do prazer e da

3. Cf. Afonso MURAD, *Quem é esta mulher? Maria na Bíblia*, Paulinas, São Paulo, 1996, p. 156-157.

4. Cf. Rinaldo FABRIS e Bruno MAGGIONI, *Idem*, p. 303.

alegria de Javé como um noivo ao desposar o seu povo (Is 62,4b-5). Nesse clima da nova criação, do repouso sabático como culto oferecido a Deus, gratuidade e convivência⁵, na ressurreição e nova aliança, aparece a figura de Maria, Jesus e seus discípulos.

Interessante notar que todos foram convidados para a festa, mas estão separados (v. 1-2). Num dado momento falta vinho. Elemento fundamental nas festas judaicas com ricas referências veterotestamentárias: Israel é a vinha do Senhor (Cf. Sl 80,9s; Jr 2,21; Ez 15,1s; Os 10,1), o vinho é símbolo da sabedoria (Cf. Eclo 24,17), dom e bênção de Javé (Cf. Dt 7,13; Pr 3,10s; Os 2,10; Jl 2,24), sua fabricação era um trabalho festivo com gritos e músicas (Cf. Jr 25,30; 48,33), sinal de abundância (Cf. 1Sm 25,36; 2Sm 13,28; Sb 2,7; Is 5,12), remédio (Cf. 1Tm 5,23), consolo na dor (Cf. Jr 16,7), símbolo do prazer e da alegria (Cf. Jz 9,13; Sl 104,7; Pr 31,6) e figura das delícias do amor que une (Cf. Ct 1,2-4; 2,4; 4,10; 5,1; 7,3.10; 8,2). Sua falta aponta para o fim da festa e do prazer, o término do consolo, da sabedoria e da cura, o banquete perde sabor. Maria, figura feminina, está atenta

a tudo. Como é próprio da psicologia da mulher percebe os detalhes.

Ao pedido de sua mãe, Jesus mostra um desacordo (Cf. 2Rs 3,13; Os 14,8), mantém uma certa distância (Cf. Jo 3,1-6; 4,31-34; 11,3-6.11-13) colocando as pessoas em crise, revelando o que são e o que querem⁶. A hora de Jesus ainda não havia chegado. Maria quebra a distância através da fé insistente: "*fazei tudo o que ele vos disser*"(v. 5).

"*Havia ali seis talhas de pedra para a purificação dos judeus*"(v.6). O número seis, diferente do sete (totalidade), alude à imperfeição dos ritos antigos provenientes da antiga aliança recebida em tábuas de pedras. Note a semelhança com as talhas também de pedra (Cf. Ex 24,12; 34,1; Jr 36,2). Da água purificadora, fonte de vida e da graça (Cf. Jo 4,10; 7,37-38), da presença fecunda do Espírito (Cf. Gn 1,2) brota o vinho novo da abundância, do prazer e da ternura, da nova festa dos tempos messiânicos (Cf. Am 9,13; Jl 2,24; 4,18). A purificação, a partir desse sinal, não vem mais dos antigos ritos judaicos ou da Lei, mas do Evangelho. Jesus é o motivo da festa, da alegria e do prazer, n'Ele a Aliança se faz carne, torna-se sacramento.

3. A SACRAMENTALIDADE DAS BODAS

Os relatos do evangelho de João estão imersos numa atmosfera litúrgica, sacramental e eclesial; os sinais prefiguram que o Ressuscitado continua agindo em sua comunidade⁷.

Maria participa tanto do primeiro sinal, o arquétipo, modelo de todos os outros, como está presente na hora de Jesus aos pés da cruz (Cf. Jo 19, 25). O

tratamento que lhe é dispensado com o termo "*mulher*" (Cf. Gn 3,15) descortina a importância do elemento feminino dentro da comunidade joanina (Cf. Jo 4,21; 8, 10; 20,15;19,26)⁸ sublinhando o papel da fé: ou se progride na descoberta da pessoa de Jesus ou na incredulidade⁹.

O banquete, sinal da Aliança, desdobra-se na abundância e partilha (Cf. Jo

5. Cf. John L. MACKENZIE, *Dicionário bíblico*, Paulinas, São Paulo, 1984, p. 809-811.

6. Cf. Afonso MURAD, *Idem*, p. 166.

7. Cf. Rinaldo FABRIS e Bruno MAGGIONI, *Idem*, p. 255.

8. Cf. Afonso MURAD, *Idem*, p. 167.

9. Cf. Rinaldo FABRIS e Bruno MAGGIONI, *Idem*, p. 255.

6,1-15), no comer o Pão da Vida (Cf. Jo 6,22-66), no colocar-se em disponibilidade ao serviço humilde (Cf. Jo 13, 1-17), no acolher o Espírito dado na cruz (Cf. Jo 19,30) através dos sacramentos do Batismo e Eucaristia, água e sangue, brotados do Coração de Deus (Cf. Jo 19, 34). Aos pés do crucificado se encontram o discípulo amado, modelo de todo discípulo e Maria, símbolo eclesial e feminino, ambos participantes da sacramentalidade da Igreja.

Através das Bodas de Caná, os discípulos descobrem que a fé repousa na pessoa de Jesus e na capacidade de ler

4. O FEMININO EM CANÁ

O relato de Caná sublinhando a centralidade de Jesus que se manifesta publicamente, apresenta a figura de Maria, a mulher, como participante da "*manifestação da glória*" (v. 11). O feminino torna-se "*sacramento pelo qual Deus se transmite ao homem*"¹², saindo da esfera privada e participando da missão e da vida pública do Messias.

Faz parte da psicologia feminina a atenção aos detalhes, a força moral, a unidade da família, proteger, cuidar da vida. Carinho, ternura, intuição e sensibilidade fazem parte do seu jeito de ser.

A teologia centrou-se muito no homem como sexo masculino projetando em Deus categorias e qualidades culturais, identificando-o com a racionalidade e a mulher com a irracionalidade. O mundo da religião (educar na fé, catequese, presença marcante nas comu-

os sinais. Fé é conversão, passagem do antigo para o novo, abertura, disponibilidade, ruptura, quebra dos esquemas antigos para que o vinho e o vestido velho dê lugar ao novo (Cf. Mc 2,21-22)¹⁰.

O banquete de Caná aponta para o banquete eucarístico. Cristo continua sua obra criadora (Cf. Gn 1) e redentora através de sua manifestação pública recapitulando tudo na Igreja. Os sacramentos da Aliança relacionam-se com a globalidade do evento Jesus, cujo centro é a cruz e a ressurreição. Antes do sacramento vem a fé, e importa no sacramento encontrar a pessoa de Cristo¹¹.

nidades) sempre foi feminino, ao passo que o controle, masculino¹³.

A situação da mulher, na época de Jesus, era como coisa e propriedade do homem. Antes do casamento estava submetida à autoridade do Pai. Com o matrimônio, o marido paga o dote, tornando-se seu patrão e dono (Cf. Gn 3,16). Considerada como portadora e causadora da entrada do pecado no mundo (Cf. Gn 3), impura devido o ciclo menstrual (Cf. Lv 15,19-31) era afastada do culto, limitada aos trabalhos domésticos e interdita de estudar, ser discípula ou receber credibilidade em seus testemunhos¹⁴.

No relato de Caná, Jesus ao tornar pública sua missão faz a mulher sair da esfera privada para a publicidade. Ela é co-participante em sua missão. No banquete da aliança, do prazer e da ternura faz a passagem de uma fé incipiente

10. Cf. Ibidem, p. 302.

11. Cf. Ibidem, p. 269-270.

12. Stefano DE FIORE e Salvatore MEO (Org), "Antropologia", in: *Dicionário de Mariologia*, Paulus, São Paulo, 1995, p. 94.

13. Cf. Ibidem, p. 13-14 e 24.

14. Cf. Ibidem, p. 60-65.

(solução para problemas imediatos) para uma fé madura (encontro com o Ressuscitado): o fazer tudo o que Ele disser.

O relato das Bodas de Caná faz a passagem da água da purificação para o vinho novo da alegria, da separação

entre Jesus, seus discípulos, parentes e mãe para a descida unida e conjunta para Cafarnaum (v. 12). A partir de Caná, no banquete messiânico, não há lugar para separações de sexo ou parentesco, mas reciprocidade.

CONCLUSÃO

O relato das Bodas de Caná nos faz questionar a respeito do que fizemos até agora do Cristianismo. Jesus supera a purificação ritual e a Lei, os esquemas antigos inaugurando a alegria, a festa e o prazer da novidade do Evangelho. Não raras vezes constatamos que a situação parece invertida: o Direito Canônico, leis, normas e estruturas matam a espontaneidade, criatividade, o prazer festivo e a ternura. Homilias, documentos oficiais e a própria postura de muitos cristãos apresentam um cristianismo triste, pesado, com cheiro de proibições e condenações do mundo, muito mais do que o sabor da novidade de Cristo. Liturgias formais, fúnebres, sem canto, dança ou vida apontam mais para a ausência do Nazareno do que para a ação eficaz e

amorosa do Ressuscitado. Apresentamos ao mundo uma fé ou "religião" que por pensarmos em sua importância e seriedade damos-lhe o ar de rigidez, proibições, moralismos, sem risos ou humor, sem a dimensão lúdica e gratuita com a qual Jesus inaugurou sua missão. "Religião" sem prazer e ternura é religião sem sabor, pode tocar a mente, mas não converte corações.

O cristianismo não é a "religião" festiva alienante, com fugas da história; seguir Cristo pressupõe cruz que brota da fidelidade. Porém, ninguém busca o sofrimento e a dor como um bem em si mesmo, mas sim a Vida divina oferecida por Jesus, que no mundo já se encontra presente e antecipada como sinal e realidade da felicidade salvífica.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como a figura de Maria tem sido freqüentemente interpretada nos meios católicos? Por que? Que fazer para recuperar nesses ambientes a figura bíblica de Maria?
 2. Faça com a sua comunidade uma leitura orante do texto das Bodas de Caná (Jo 2,1-12).
 3. Que contribuição oferece o episódio de Caná para uma adequada compreensão da missão da mulher na Igreja hoje?
-

Deus-Pai e os Excluídos

PE. VITOR GALDINO FELLER

O Projeto de Evangelização "Rumo ao Novo Milênio" está favorecendo a nós católicos um maior aprofundamento da identidade e da obra de cada uma das pessoas divinas. Seguindo a teologia moderna e, mais especificamente, a teologia da libertação, tem-se procurado falar das pessoas divinas, não a partir da imanência trinitária e sim a partir da economia da salvação. Como fizeram os escritores do Novo Testamento e os Padres da Igreja, também hoje se vai da Trindade econômica à Trindade imanente. Assim é que para se falar das pessoas divinas globalmente ou de cada uma em particular, se busca relacioná-las com nossa realidade eclesial e social.

A realidade de exclusão em que vivem os pobres de nosso país clama aos céus. Nenhum pai humano suporta que em sua família, seus filhos excluam uns aos outros, os maiores pisem e ofendam os menores, os mais espertos escarneçam dos tímidos, os mais ricos se aproveitem dos pequenos. Se isso acontece

com os pais humanos que são pecadores, quão dolorido fica o coração do Pai eterno ao debruçar-se sobre sua humanidade, sua grande família, ao ver tantas divisões e marginalizações entre seus filhos e filhas! Mas, em seu grande amor, ele vem a nós, nos dá seu Filho, aproxima-se de nós para nos chamar à unidade. E o faz a partir da situação em que estão os excluídos.

Nosso texto apresenta essa relação íntima que há entre o Pai e os excluídos.

Primeiro, mostrando que é da própria identidade do Pai aproximar-se dos pequenos. Daí a necessidade de conhecermos mais e melhor o Pai.

Depois, expondo a ação salvífica do Pai sempre relacionada com os excluídos. Daí o apelo a sermos santos e misericordiosos como o Pai.

Por fim, esclarecendo que a vontade do Pai é que nenhum dos pequeninos se perca. Daí a urgência de fazermos as obras do Pai.

I. CONHECER O PAI

"Ninguém conhece o Pai, a não ser o Filho, e aquele a quem o Filho quiser revelá-lo", assegurou Jesus (Mt 11,27). A vida cristã consiste em receber, na gratidão, esta revelação do Filho. "A

vida eterna consiste nisto: que eles te conheçam a ti" (Jo 17,3). Tão importante e essencial é o conhecimento do Pai que, quando Jesus se apresenta como único conhecedor e revelador do Pai (Jo

14,6-7), o apóstolo Filipe intui que aí se encontra o único necessário da vida humana: *"Mostra-nos o Pai, Senhor, e isso nos basta!"* (Jo 14,8).

Esse essencial da vida humana, o mundo não tem. O mundo, que não quis conhecer o Filho (Jo 1,10), também não conhece o Pai (Jo 17,25-26). Com efeito, o próprio Jesus asseverou: *"Vós não me conheceis e também não conheceis a meu Pai; se me tivésseis conhecido, teríeis também conhecido meu Pai"* (Jo 8,19; cf. 14,7). E mais adiante: *"Vós não o conhecestes, ao passo que eu o conheço. Se dissesse que não o conheço, seria, como vós, um mentiroso; mas eu o conheço e guardo sua palavra"* (Jo 8,55). E ainda: *"O meu Pai me conhece e eu conheço o Pai; e eu me despojo da vida pelas ovelhas"* (Jo 10,15). Porque Jesus conhece o Pai e o ama, o Pai é para ele uma espécie de trampolim, de onde o Filho se lança para o mundo, para amá-lo e salvá-lo. No Pai, o Filho encontra sentido e força para viver a palavra (Jo 8,55), para dar a vida pelas ovelhas (Jo 10,15), para continuar revelando o Pai, até o fim, apesar de tudo (Jo 17,26). Quanto mais penetramos o mistério do Pai, mais encontramos o sentido e o objetivo de nossa existência. Se a poucos é dado esse conhecimento, a esses poucos é dada também, como a Jesus, a responsabilidade de anunciá-lo e viver de acordo com ele.

O mundo busca o Pai e pode até encontrá-lo através da reflexão intelectual, da meditação interior e da contemplação da natureza (Rm 1,20). Mas adora o que não conhece, enquanto nós cristãos adoramos o que conhecemos, porque Jesus no-lo revelou (Jo 4,22). Para que o mundo conheça e ame o Pai e, no centro de sua paternidade, todos se encontrem e se amem e ninguém mais seja

excluído, é urgente que anunciemos a todos a experiência desse amor. Assim, poderemos testemunhar como Jesus: *"a fim de que o amor com que amaste esteja também neles"* (Jo 17,26).

1. Deus-Pai: fonte de todo amor

Infelizmente, nem sempre quando nos referimos ao Pai ou com ele dialogamos, refletimos o conhecimento que o Filho nos deu. Nem sempre usamos a palavra que melhor o distingue: *"Pai"*. Quase sempre usamos somente a palavra *"Deus"*. Acontece porém que a palavra *"Deus"* não é sempre um nome próprio. Pode ser usada como um nome comum, para referir-se a qualquer divindade, à divindade de uma religião qualquer, a qualquer coisa a quem se devota especial ou total devoção. Assim, por exemplo, deus pode ser o Júpiter dos antigos romanos, o Tupã dos indígenas, o Dólar dos materialistas. A palavra *"Deus"*, simplesmente, é uma palavra comum, usada por todas as religiões quando falam de um ser absoluto, de uma entidade suprema, de uma bondade infinita, de um espírito perfeíssimo, de um arquiteto universal, de uma consciência cósmica.

Não é preciso ser cristão para falar de Deus dessa maneira! Mas, acontece frequentemente, que até em nossos meios cristãos, em nossas conversas, orações, depoimentos, estudos, a palavra *"Deus"* não designa nem o Pai eterno nem a Santíssima Trindade das pessoas divinas. Dessa maneira, poderemos estar vivendo e falando simplesmente como os que não têm a graça da fé cristã, como quem não aprendeu nada de Jesus Cristo.

O nosso conhecimento cristão do Pai se elabora numa perspectiva trinitária. Para nós, Deus-Pai é o Pai de Jesus Cristo. Nós somos monoteístas. Cremos num só Deus. Mas nosso monoteísmo é trinitário. O único Deus em quem cremos é a Co-

munhão absoluta e eterna de três pessoas divinas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Nessa Trindade de pessoas, cada uma delas é total e plenamente Deus, cada uma é Deus a seu modo. Numa maneira única, real e relacional de ser Deus. Por isso, temos um só e único Deus, que é essa Comunhão trinitária, Deus-Trindade.

No uso comum dos cristãos, a palavra "Deus" tem três significados:

- a) desde os escritos do Novo Testamento até hoje, quando falamos de Deus, normalmente queremos designar a primeira dessas pessoas, isto é, o Pai;
- b) muitas vezes queremos também referir-nos à Comunhão divina das três pessoas;
- c) outras vezes, "Deus" é um nome comum para falar de cada uma das pessoas da Trindade.

De fato, a fé cristã professa que o nosso Deus não é uma pessoa isolada, solitária, mas é uma comunidade de três pessoas distintas, cada uma com sua individualidade, amando-se tanto e tão bem e tão perfeitamente, que são um só Deus. Para maior clareza e discernimento, portanto, deveríamos usar a palavra "Deus" com a qualificação imediata a respeito de qual dos três significados queremos nos reportar. Se, quando falamos com (ou de) Deus, queremos expressar nossa fé na comunhão divina, no amor eterno entre Pai, Filho e Espírito Santo, deveríamos usar os termos "Deus-Trindade". Se quisermos para falar da primeira pessoa divina, que é o centro de referência da comunhão trinitária, deveríamos usar a expressão "Deus-Pai".

Nossas expressões de fé, de oração pessoal e de celebração eclesial, poderiam/deveriam ser mais claras na identificação das pessoas divinas. É claro que não comete erro quem chama a primeira pessoa somente de "Deus", nesse caso com um sentido próprio. Assim fizeram os escritos do Novo Testamento, assim fazem hoje papas e teólogos. Assim faz

o povo de Deus. Assim, faremos nós neste artigo toda vez que estivermos falando sobre Javé, em sua revelação veterotestamentária. Mas, para maior clareza, ao mesmo tempo doutrinal e prática, sobretudo quando houver ambigüidades que possam atrapalhar o discurso, seria muito oportuno nos acostumarmos a usar a palavra "Pai" ou "Deus-Pai" para falar com a (ou da) primeira pessoa divina.

Ao fazer assim em sua vida terrena, o próprio Filho Jesus estaria revelando que é essa a palavra com a qual ele mesmo fala com o Pai na vida eterna. Afinal, só o Pai é Pai. O que o distingue na Trindade é a sua condição de fonte e origem de todo amor, por ser Aquele que desde toda a eternidade ama o Filho no Espírito. Respeitá-lo e reconhecê-lo nessa singular qualificação é, como vimos acima, o início e o núcleo de nossa fé: "*Pai..., a vida eterna consiste nisso: que te conheçam a ti, por único Deus verdadeiro*" (Jo 17,3).

Muitas vezes falamos de Deus-Pai como criador do universo, libertador do povo, refúgio dos abandonados, sentido de nossa existência..., esquecendo que antes e para além de tudo isso ele é o Pai do Filho amado (L. Boff, 1987, 203-217). Aliás, porque é Pai do Filho é que ele é nosso criador e libertador, refúgio e segurança, o Deus dos pobres. O que mais e melhor o qualifica é sua paternidade eterna. Reconhecendo-o numa perspectiva trinitária, ele é aquele que desde sempre gera o Filho, isto é, tem diante de si Alguém que é seu "tu", seu interlocutor, sobre quem derrama todo seu amor, a quem entrega todo seu ser, com quem reparte todo seu poder, a quem envia para salvar o mundo. Esse total e eterno Amor que o Pai dá ao Filho é o Espírito Santo. O Pai é sempre Pai porque tem o Filho eternamente "voltado para" si, dentro de seu seio (Jo 1,1-2.18), na comunhão eterna do Espí-

rito Santo, o qual dá suporte para que Pai e Filho sejam tão distintos e ao mesmo tempo tão unidos.

Mesmo que não houvesse criação, portanto, ele seria Pai, porque desde sempre está gerando e entrando em comunhão com o Filho. O próprio Filho Jesus disse: *"Pai..., me amaste antes da criação do mundo"* (Jo 17,24). O Pai é o mistério mais profundo. Nosso acesso a ele só é possível pelo Filho: *"a Deus ninguém viu; o Filho unigênito que está no seio do Pai foi quem no-lo deu a conhecer"* (Jo 1,18). Quanto mais penetramos nesse abismo profundo, mais aumenta nosso conhecimento sobre ele, mas também mais se alargam os horizontes de nossa ignorância e curiosidade. Quanto mais nos aproximamos de Jesus, o Filho eterno feito homem, seguindo seus passos e imitando-o em seu amor a todos e na predileção pelos pobres, mais nos aproximamos do mistério do Pai, que é a fonte de todo amor. Quanto mais nos deixamos guiar pelas solicitações do Espírito Santo, pondo a serviço os carismas que nos dá e amando para além de expectativas e retornos, mais penetramos o mistério absoluto do Pai, o amor sem limites, princípio e fim de todas as nossas expressões de serviço.

2. O conhecimento de Deus-Pai: graça e responsabilidade

Para chamar a Deus de Pai, é preciso ser cristão e viver como tal. Porque só aos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo foi dada essa graça, essa revelação. Só nós cristãos temos o dom de conhecer e amar o Pai, porque só nós conhecemos o Filho e nele cremos. Só nós temos a graça de chamá-lo de Pai, Abbá, papai. De fato, já vimos acima, Jesus de Nazaré, o Filho eterno do Pai, ele mesmo Deus, feito homem, um de nós no meio de nós, ensinou: *"Ninguém conhece o Filho se-*

não Pai e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11,27). E ainda: *"Aquele que me viu, viu o Pai"* (Jo 14,9). E mais: *"Ninguém vai ao Pai a não ser por mim"* (Jo 14,6). Tendo recebido este testemunho de Jesus de Nazaré sobre Deus-Pai, o evangelista João, ao iniciar seu Evangelho, declara: *"Ninguém jamais viu a Deus(-Pai). Deus Filho unigênito que está no seio do Pai foi quem no-lo deu a conhecer"* (Jo 1,18).

Nós cristãos falamos de Deus-Pai diversamente de como os que não têm fé cristã. Por exemplo, também judeus e muçulmanos são monoteístas. Crêem num só Deus. São monoteístas, mas não são trinitários. O único Deus dos judeus é Javé, a quem Jesus revelou como seu e nosso Pai. Mas, como os judeus não reconheceram Jesus como Filho de Deus (Jo 1,11), também não reconhecem Javé como Pai eterno do Filho (Jo 8,42). O Deus dos muçulmanos é Allá, Deus todo-poderoso e senhor do universo, distante, sozinho, reinando absoluto sobre o mundo. Para judeus e muçulmanos, Jesus é apenas um profeta. Não é, como nós cremos, o Filho eterno do Pai. Por isso, nem judeus nem muçulmanos crêem na Trindade, porque esse mistério não lhes foi revelado. Por isso, não podem crer no Pai. Como também não crêem no Filho e no Espírito Santo.

Também não crêem na Trindade as religiões panteístas. Para elas, Deus não é reconhecido como um ser pessoal, mas como consciência cósmica, centro universal de irradiação de energias ou força animadora da vida do mundo, presente e disperso nos elementos da natureza. Entre elas, podem-se de maneira geral, elencar:

a) as religiões das antigas civilizações do Egito, do Oriente Médio, da Grécia e do Império Romano;

- b) as primitivas religiões dos povos africanos e indo-americanos;
- c) as atuais grandes religiões do Oriente — o budismo, o hinduísmo, o xintoísmo e o taoísmo, entre outras;
- d) a Nova Era, os movimentos esotéricos e gnósticos atuais, com uma religiosidade difusa, em que Deus é confundido sem mais com um centro irradiador de energias, presentes em cristais, florais, águas e outros elementos da natureza (*sobre o tema da Nova Era e dos movimentos esotéricos e gnósticos, ver V.G. Feller, 1995a; 1995b; 1996*).

A paternidade de Deus-Pai, bem como a filiação divina de Jesus de Nazaré e a plenitude eterna do amor que é o Espírito Santo, são realidades desconhecidas junto a esses povos, a essas religiões, a essas expressões religiosas. Como não conhecem o Evangelho de Cristo, também não conhecem a Boa-Notícia do amor do Pai. Todas essas religiões, quando falam de Deus ou a Deus, não estão se referindo a Deus-Pai, o Pai de Jesus Cristo e dos cristãos.

Até mesmo muitos cristãos, mesmo tendo sido batizados no nome de Deus-Trindade, não crêem e não vivem a fé dos cristãos, não conhecem a Deus-Pai. Não cultivaram essa fé, não adaptaram seus conhecimentos adquiridos na infância às grandes mudanças atuais, deixaram-se guiar pela mentalidade materialista e atéia do mundo moderno. Por isso, quando falam de Deus, não estão falando explicitamente do Deus dos cristãos. Para eles, Deus é uma idéia vaga de criador, muitas vezes obscurecida com noções de pai castigador, patrão cruel e vingativo, policial repressor ou, então, de um arquiteto e relojoeiro que pôs o mundo em movimento, mas que nada mais tem a ver com nossa vida e nossa história.

De certa maneira, todas essas pessoas falam de Deus-Pai, quando apontam para o Deus único e absoluto e para sua

vontade, buscam a verdade, fazem o bem, lutam por um mundo mais justo e mais humano. Mas não o nomeiam, porque não o conhecem. Não sabem o seu nome. É o *"deus desconhecido"* a quem os gregos erigiram um altar em Atenas (*At 17,23*). É o mesmo nosso Deus, que eles porém não conhecem. A nós cabe a missão de anunciar-lhes a Boa-Notícia do conhecimento e do amor desse Deus: *"Aquilo que venerais assim, sem o conhecer, é que vos venho anunciar"* (*At 17,24*). Eles não conhecem a Deus-Pai como nós o conhecemos, revelado como Pai de bondade e como Deus do Reino, na vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré. Mas podem reconhecê-lo como Criador e, por isso, Senhor de suas vidas e de toda a história. Pois, *"desde a criação do mundo, as suas perfeições invisíveis, seu eterno poder e divindade, são visíveis em suas obras, para a inteligência"* (*Rm 1,20*).

Só nós cristãos sabemos que Deus é Pai. Os membros de outras religiões poderão viver muito bem, e até melhor do que nós, o amor fraterno, a justiça social, a busca da verdade. E, dessa maneira, poderão salvar-se. Poderão até ter uma relação mística com Deus-Pai. Mas sem conhecê-lo. E, portanto, sem poder amá-lo como convém, para a maior glória dele e para o melhor benefício espiritual deles. A nós foi dado conhecer o mistério da paternidade de Deus. Nós sabemos em quem acreditamos, *"sabemos que somos de Deus"* (*1 Jo 5,19*). É uma graça, à qual corresponde uma responsabilidade. Pois, *"a quem muito foi dado, dele se exigirá muito"* (*Lc 12, 48*). Se conhecemos a Deus-Pai e sabemos que ele é o Pai bondoso do Filho, o Deus do Reino, o Deus dos pobres, não podemos mais fugir da experiência do seu amor, ao mesmo tempo terno e compassivo, mas também exigente e provocante.

II. SER COMO O PAI

Jesus de Nazaré nos convida a sermos perfeitos como o Pai (*Mt 5,48*). Em outra passagem nos chama a sermos misericordiosos (ou generosos) como o Pai (*Lc 3,36*). Vem a pergunta: é possível ser perfeito e misericordioso como o Pai? Respondemos: se Jesus, mesmo conhecendo nossa fraqueza, nos faz esse convite, quase uma ordem, então é possível ser como o Pai. Onde, porém, se encontra a perfeição, a misericórdia, a santidade do Pai? Que tipo de atitudes e comportamentos mais enaltecem a perfeição do Pai?

A resposta a essas perguntas nós a encontramos na prática e nos ensinamentos de Jesus. A santidade e a misericórdia do Pai são vislumbradas em seu amor pelos pequenos e pobres. Com efeito, Jesus louvou e bendisse ao Pai que, em sua benevolência, dispôs que sua revelação se desse na aproximação aos simples (*Lc 10,21; Mt 11,25s*).

Neste item, veremos como Deus-Pai age em sua auto-comunicação à humanidade. Perceberemos que o elemento básico de seu ser e de seu agir é a predileção pelos excluídos. O Deus de Israel, que Jesus de Nazaré revelou como seu e nosso Pai, sempre foi e se comportou como Pai. O povo de Israel chegou a fazer a experiência de Javé como Pai (*J. Galot, 1998, 7-22*). Pai do povo, que foi por ele gerado e formado no decorrer da história (*Dt 32,6; Is 64,7*). Pai de cada indivíduo, a quem ama com amor sempre providencial (*Sl 103,3.13-14*). Pai do rei messiânico, prometido como rei altíssimo à imagem do Deus altíssimo (*2Sm 7,12-16; Sl 2,7*). Mas, a experiência e o conhecimento de Deus no Antigo Testamento, como Pai do povo, de cada indivíduo e do futuro rei messiânico foi apenas uma preparação para a revelação definitiva da particularidade mais pessoal do Pai: ser Pai eterno do Filho eter-

no e, nele e por ele, Pai de toda a humanidade, com opção e preferência pelos excluídos (*sobre a conexão entre revelação de Deus e exclusão dos pobres, ver V.G. Feller, 1988; 1995d; e sobretudo 1995c, 85-120, que sintetizo, adaptando à pessoa e obra do Pai*).

1. Deus-Pai e os excluídos: um amor de predileção

A história da salvação nos mostra que há uma relação profunda entre Deus-Pai e os excluídos. Há um fio que interliga as eleições feitas por Deus-Pai e as correspondências dos seres humanos chamados por ele. Esta relação depende soberanamente de Deus-Pai, por causa de suas escolhas. Ele escolhe a realidade dos excluídos como o melhor caminho para sua própria revelação. Revelando-se distinto do mundo e do ser humano criados por ele, sempre o faz como Outro e a partir do outro. Ele quer que a salvação de todos passe pela parcialidade do seu amor pelos pobres. Há uma preferência de Deus-Pai pelo que está do lado de baixo da pirâmide social, do lado de fora da cultura dominante, pelo que é diferente, pelo que é outro. Esta sua preferência pelos excluídos é próprio de sua personalidade. A teologia tradicional ensina que o Pai sempre se define a partir de fora, partir de um "tu", diante de quem se coloca (*ver por ex., B. Forte, 1987, 95s; W. Kasper, 1985, 173-176*). Na intimidade da Trindade imanente, a partir de sua relação com o Filho, seu "tu" eterno. Na auto-comunicação da Trindade econômica, a partir dos pobres e excluídos, seu "tu" histórico. Isto provoca escândalo numa cultura como a nossa, em que tudo se define a partir dos que detêm e retêm o jogo do poder, do saber e do ter, enfim, uma cultura que se define a partir do "eu".

Uma leitura desinteressada da história da salvação, nas Escrituras, nos permite afirmar que a vida sofrida dos excluídos é o melhor lugar para o encontro com Deus-Pai. Todavia, não é somente lugar de acesso do ser humano a ele. É o lugar próprio, senão único, que ele mesmo escolhe para vir à nossa história humana. Na verdade, o lugar definitivo da revelação divina e do encontro entre o ser humano e Deus-Pai é um só: a cruz de Jesus. Mas a cruz de Jesus não pode ser interpretada e vivida, a não ser na solidariedade com os excluídos e no empenho pela sua libertação. O lugar onde Deus-Pai se encontra e, por conseqüência, onde é encontrado, é a realidade de exclusão dos empobrecidos, realidade que na cruz de Jesus se torna, de uma vez por todas e para sempre, escandalosa, e, por isso, salvífica (*Hb 10,10*).

Podemos pois afirmar: Deus-Pai concentra sua revelação na realidade de exclusão dos pobres. Javé, Deus de Israel e Pai de Jesus e dos cristãos, ao se revelar, escolhe como caminho de sua auto-manifestação a presença, a ação e a palavra junto aos excluídos do ter, do poder e do prazer. Constata-se que há uma proporcionalidade direta entre os momentos de dor do povo e os momentos de manifestação de Deus-Pai: onde e quando o povo sofre, aí está Deus-Pai se revelando. Quanto maior a dor do povo e de seus líderes, maior o amor revelado de Deus-Pai!

Ele se revela a pessoas e comunidades que experimentaram — e, em muitos casos, exatamente no momento em que experimentavam — as mais humilhantes situações de angústia, de dor e de solidão: a migração de Abraão pelas terras de Canaã; a escravidão dos hebreus no Egito; as guerras para tomar posse e firmar-se como povo na Terra Prometida; a expo-

lição dos pequenos, com taxas e impostos para sustentar a monarquia de Davi e Salomão; a exploração costumeira dos pobres, das viúvas e estrangeiros; o exílio de toda a nação para a Babilônia; a extinção de um povo, antes poderoso, agora resto de Israel; a recepção inóspita de Maria e José em Belém; a marginalização política e religiosa de todo o povo na Palestina de Herodes e Pilatos, de Anás e Caifás; a crucifixão de Jesus no Calvário; o desânimo dos discípulos no caminho de Emaús; o medo dos apóstolos no Cenáculo; a perseguição dos primeiros cristãos nos caminhos e casas de Jerusalém; as tribulações de Paulo nas andanças do ministério.

Caberia aqui a pergunta: Por que a estas pessoas e não a outras mais bem conceituadas, qualificadas, aquinhoadas de riquezas materiais e espirituais? Por que nestas situações e não em momentos de abundância, poder e glória? Qualquer resposta que dermos nunca chegará a entender e explicar as razões de Deus. O mistério de sua paternidade foge à nossa pretensão de manipulá-lo. Podemos, entretanto, sugerir que se ele escolhe se revelar a estas pessoas e grupos e nestas condições, é porque tem seus motivos. Ao fazer isso, ele certamente quer mostrar que sua escolha faz parte integrante do conteúdo de sua própria personalidade.

O caminho escolhido para se revelar (a predileção e a opção pelos pobres) é constitutivo do conteúdo de seu próprio ser (Javé é o Deus dos pobres, é o Pai dos excluídos). A ação, a presença e a palavra de Deus-Pai revelam o ser de Deus-Pai. A escolha dos excluídos como primeiros destinatários da revelação divina e, conseqüentemente, como primeiros sujeitos do anúncio da Boa Nova da vinda de Deus à história humana tem a ver com o próprio ser de Deus. Ele age assim por-

que ele assim é. Em Deus-Pai, a coerência entre agir e ser se dá na forma da plenitude. O Deus que reina, que salva o pobre, que se faz presente na vida do excluído, é o Deus que simplesmente é, que é o Deus dos pobres, o Pai dos excluídos.

A fé cristã, na *Constituição dogmática sobre a fé católica*, do Concílio Vaticano I (1869-1870), ensina com efeito que Deus decidiu revelar ao ser humano verdades que este não poderia de nenhum modo ou só com muita dificuldade encontrar por si mesmo. Nisto se afirma a total gratuidade e bondade de Deus que quis autocomunicar-se a nós. Mas é preciso ir adiante e entender que a comunicação divina só é possível sob duas condições: 1) que a palavra de Deus esteja expressa em linguagem humana; caso contrário, não haveria comunicação; 2) que esta revelação chame a atenção dos seres humanos para algum valor inerente a ela e que produza efeitos na vida do ser humano; caso contrário, a comunicação de Deus seria inútil, contradizendo o poder eficaz de toda ação divina) (*Segundo*, 1990, 444-448).

Que Deus-Pai queira se comunicar a nós, como Pai, isso depende só de sua liberdade e gratuidade. Que ele de fato se comunique a nós, isso depende das duas condições: linguagem humana e valor eficaz. Depende do método usado por ele, método este condicionado pela nossa situação real. Como nossa situação real está desde as origens marcada pelo pecado e pelos conflitos históricos e sociais dele decorrentes, torna-se claro que é necessário entender a gratuidade e a liberdade de Deus dentro desse contexto. Um contexto que, se o condiciona no método a ser usado, não muda o conteúdo do ser divino. Ele é amor e, por isso, continua sendo livre e gratuito. E expressa sua liberdade e gratuidade exatamente enquanto se revela a partir de onde me-

nos se espera que ele esteja, a saber, na realidade de exclusão dos pobres.

Assim se pode entender melhor o significado do seu nome no Antigo Testamento: Javé, como foi revelado em Ex 3,11-15. "Que Deus 'seja' não tem no contexto um sentido abstrato, ontológico, mas o sentido concreto de 'ser para alguém', de 'estar presente': no sentido de estar presente junto de alguém em atitude de solidariedade ativa, de prontidão atenta para auxiliar" (*Muñoz*, 1986, 180). Na história bíblica da revelação de Deus e da salvação do ser humano, Deus-Pai não é um objeto de estudo, ao qual se dê a definição de "causa primeira", de "espírito perfeitíssimo", de "absoluto", mas é, na relação com o ser humano, sujeito e protagonista da história. Um Deus que reclama a si o título de Deus da vida, que se dá gratuitamente e não quer ser tratado como supérfluo. Um Deus relacional, que se define a partir dos excluídos.

2. Deus-Pai: o totalmente Outro

Deus-Pai é sempre Outro. Como na Trindade, ele é outro com relação ao Filho e ao Espírito Santo, assim sua distinção se faz presente em toda a obra extratrinitária. Ele se revela à história dos seres humanos vindo de fora! Vindo da eternidade e da história dos pobres. Uma das marcas do cristianismo é exatamente esta: a relação de unidade na distinção que se estabelece entre as três pessoas divinas, entre Deus e o ser humano, entre este e o mundo. E quem estabelece esta diferença é exatamente Deus-Pai. Como vimos logo no início, ele é a fonte de toda unidade e distinção, seja no seio da própria Trindade, seja o meio da sua obra criada. Quando ele se revela, ele diz quem ele é e quem somos nós. Há uma unidade entre ele e nós, mas uma unidade que é buscada a partir das diferenças. Com o seu Filho e o seu Espírito, ele é Criador.

E, portanto, é distinto das criaturas. No ato de criar, continua preservando sua distinção. É o Deus, Pai do povo eleito, porque sendo distinto dele pode vir ao seu encontro, permanecendo, no entanto, outro. Ele é o Deus-Pai, que envia o Filho feito homem em Jesus de Nazaré. O Filho, sendo Deus com o Pai, desde sempre, igual com o Pai na sua divindade e eternidade, não se apegou a ela, mas fez-se homem, distinguindo-se do próprio Pai (*Fl 2,6-11*), fez-se humano em tudo, mas não igual aos pecadores (*Hb 4,15*). Deus-Pai sempre se revela a partir de fora, da diferença. Em si, ele já é o que está excluído. Excluído de nossa condição. Nós não somos como Deus-Pai. Somos com e como o Filho, mas não como o Pai. Deus-Pai não é um ser humano.

É verdade que, por ser uma religião de revelação e, portanto, da diferenciação clara entre as três pessoas divinas e entre a Trindade criadora e a humanidade criada, o Cristianismo, juntamente com o Judaísmo e o Islamismo, é uma religião histórica, comunitária, missionária, combativa. Carrega sempre o risco de marcar tanto a diferença entre Deus-Pai e suas criaturas que pode levar ao afastamento recíproco. Um Deus pregado e adorado sem relação com o mundo, uma presença no mundo sem compromisso com o Pai criador. Por isso mesmo, será sempre necessário buscar a Deus-Pai onde ele realmente se encontra. Para tanto contamos com as mediações. É nelas e através delas que os cristãos experimentam o encontro salvífico com Deus-Pai.

O próprio Deus-Pai, que se revela na história, quer que os acontecimentos da história sejam sinais de sua presença salvadora e mediações para o encontro com ele. Mas, por causa da liberdade do ser humano, o pecado e, com ele, o conflito se inseriram na unidade da história,

atingindo assim o próprio encaminhamento da construção do Reino querido pelo Pai. É na consciência desse conflito que podemos descobrir o tempo propício, o "*kairós*", momento intenso da revelação do Pai que anuncia, hoje como sempre, o seu juízo à história. Somente a recepção do conflito na espiritualidade e na pastoral, na teologia e na moral, fará perceber a existência de Deus-Pai como "Outro", imanipulável, exatamente enquanto se revela a partir da "outra" história, da história dos pobres, feita a partir de baixo (*sobre a parcialidade da opção do Pai e de seu Filho pelos pobres, ver J. Sobrino, 1994, 123-135*). A história escondida no reverso da história estudada e conhecida. Captar espiritual e pastoralmente, moral e teologicamente esta história é captar a força dos pobres como forjadores da história (*Puebla 274*) e a força e o poder de Deus-Pai como totalmente Outro.

Num mundo em que há marginalização e exploração de inúmeros pobres pela ação ou omissão ou violência de agentes da exclusão, é preciso reconhecer que Deus-Pai se revela como Outro, a partir do outro lado. O Pai se faz presente do lado dos explorados, para garantir no coração da humanidade a aspiração contínua pela verdadeira liberdade. Com efeito, para satisfazer sua liberdade nunca satisfeita, o ser humano é sempre tentado a usar o próximo como trampolim e salto para o gozo de prazeres melhores, que se revelam no entanto insuficientes e cada vez mais escravizantes. Os que estão em cima querem subir sempre mais e a disposição para partilhar com os de baixo o que possuem se torna sempre menor, em proporção à tentação sempre maior de não só acumular o máximo para si, mas de fazê-lo à custa dos de baixo. Certamente, isso desagrada profundamente ao Pai do céu,

que é Pai seja dos justos seja dos injustos (Mt 5, 45). Portanto, enquanto houver um excluído, lá estará o Outro, Deus-Pai no pobre, Jesus no irmão. É de lá que vem o apelo à conversão, é para lá que somos atraídos na dinâmica da solidariedade.

Por serem outros, os excluídos criam uma outra história, criam a história do outro, que só é acessível e contemplada no reverso da história e na periferia da geografia que se ensina e se aprende em nossas escolas. Ali os pobres descobrem a Deus-Pai, porque é ali que Deus se lhes revela como força na fraqueza, como paz na violência, como vida na morte. Por isso, na anti-história dos pobres não existe absurdo. Ao contrário, encontra-se ali o verdadeiro sentido de toda a história, porque se vai realizando ali o plano de Deus-Pai, na construção de um reino de gratuidade e de bondade, iniciado neles e por eles, que, aliados ao Filho Jesus Cristo, muitas vezes sem a consciência explícita, pagam com seu suor, seu sangue e sua morte, a aliança sobre a qual se assenta a libertação e a redenção da humanidade, e com seu sofrimento desencadeiam toda uma atividade socialmente libertadora.

Para uma sociedade definida pela cultura egocêntrica, individualista e materialista, é escandaloso afirmar que a libertação sócio-político-econômica e a salvação escatológica venham de fora — da eternidade de Deus-Pai e da história dos excluídos, seus prediletos —, e não do poder do dinheiro, da eficácia da ciência e da técnica, da maturidade da razão, das lutas sociais. Aqui, somos chamados à fé. De fato, só pela fé se pode entender esse jeito de Deus-Pai ser e agir. Trata-se aqui de uma nuance da mesma doutrina ensinada por Paulo aos Coríntios: a pregação de um Messias crucificado ou, no nosso caso, de um Deus, Pai dos excluí-

dos e a partir dos excluídos, é “escândalo para os judeus e loucura para os pagãos” (1Cor 1,23), mas para os cristãos é manifestação do poder e da sabedoria de Deus.

O ensinamento de Paulo, em 1Cor 1 e 2, sobre a contraposição entre a sábia loucura de Deus-Pai e a falsa e louca sabedoria dos seres humanos, torna-se hoje atual e desafiante. Ou a salvação é graça e dom de Deus-Pai, como ensinam Jesus e seus apóstolos, ou é obra nossa, como ensina a razão pós-moderna, com o neoliberalismo e suas correlativas expressões religiosas, como o Espiritismo, a Nova Era, os movimentos esotéricos e gnósticos. Se é obra de Deus-Pai, é preciso deixar que o Pai seja Pai. Se ele assim quis manifestar-se a nós, como totalmente Outro até mesmo na escolha de sua mediação — a exclusão dos pobres —, cabe a nós a resposta alegre da fé que deveria culminar no louvor e ação de graças: “*Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, por teres ocultado isso aos sábios e aos inteligentes e por tê-lo revelado aos pequeninos*” (Mt 11,25).

3. O projeto salvífico de Deus-Pai: para todos, a partir dos excluídos

Tendo considerado que Deus-Pai pautou sua revelação a partir da e na parcialidade do amor para com os excluídos, devemos agora entender como se dá a salvação de todos. Se uns são preferidos, não seriam os demais excluídos? Isso não seria exatamente contraditório com as preferências de Deus-Pai pelos excluídos. Como, pois, os não-excluídos podem ter acesso à revelação do Pai e à salvação que ele oferece em Jesus?

Creemos que o Pai enviou e o Filho Jesus veio para todos. Sua vontade salvífica tem abrangência universal. Ele “*quer que todos se salvem, e cheguem ao conhecimento da verdade*” (1Tm 2,4). Mas, a salvação

do Pai se revela na opção de misericórdia de Jesus pelos excluídos e se realiza no ato da conversão de todos e cada um à causa da libertação dos excluídos. Em todas as suas relações, Jesus deixou claro que tinha consciência de que a manifestação do seu ser divino (como o Pai) e a realização de sua missão salvífica (a vontade do Pai) passava pela identificação com os excluídos. Vendo-se cada vez mais encurralado pelas forças da repressão e prevendo um conflito violento, alerta os discípulos a estarem prevenidos. Nesse contexto, faz uma revelação explícita de sua identidade, aceitando a condição de fora da lei que lhe fora imposta pelo sistema religioso! *"Porque eu lhes declaro: é preciso que se cumpra em mim a palavra da Escritura: Ele foi incluído entre os fora-da-lei"* (Lc 22,37).

De fato, como realidade escatológica o Reino do Pai é universal, nele podem entrar todos. Mas, nem todos de igual modo. Na parcialidade de Jesus e do Reino de Deus em favor dos pobres, não se exclui, em termos escatológicos, os não-pobres. Todavia, enquanto estivermos na história, uma vez que permanece firme e aparentemente invencível o poder do pecado humano, sempre haverá conflitividade. Na história, Deus-Pai se contrapõe aos excludores.

A Escritura mostra, do início ao fim, que Deus-Pai escolhendo uns se vê obrigado a rejeitar outros. Não que o Pai os exclua por si, mas rejeita seu pecado, a pretensão de serem donos do mundo, de tomarem o seu lugar. Ele é ciumento de sua identidade. Só ele é Pai. Exatamente num contexto de condenação da opressão do poder e da lei, seu Filho revelou: *"a ninguém chameis de Pai"* (Mt 23,9). Ele é também ciumento da unicidade e particularidade de sua bondade. Só ele é bom. Exatamente num contexto de definição sobre o que é impor-

tante para a salvação, seu Filho revelou: *"só Deus(-Pai) é bom"* (Lc 18,19; Mt 19,17). Portanto, o Pai a ninguém condena. São os próprios excludores dos pobres, dos prediletos do Pai, que se auto-excluem do amor e da misericórdia paterna, porque não se convertem à solidariedade com os pobres e pequenos. Novamente, num outro contexto de condenação, Jesus revelou: *"Afastai-vos de mim"* (Mt 25,41). Para longe do Reino do Pai, aqueles que não amaram o seu Filho e, nele, rejeitaram os irmãos e irmãs mais necessitados.

Os não-pobres deverão fazer também opção pelos pobres. O caminho escandaloso de Deus, a *'via crucis'* salvífica de Jesus, é o caminho da pobreza, da opção por aqueles que são mais pobres que nós. Jesus disse *"pobres sempre tereis entre vós"* (Jo 12,8), como quem diz: há sempre alguém mais pobre que você, alguém a quem amar, alguém que o provoca a sair de si, a se relacionar, a se humanizar. A salvação de todos passa, pois, pelo amor ao pobre, ao excluído. A salvação tem conteúdo universal, mas seu método é parcial. Parodiando o discípulo amado podemos dizer: quem não ama o irmão visível, excluído a seu lado, não poderá ter um amor universal, não poderá amar a todos os outros a quem não vê (1Jo 4,20). E quem não ama irá definindo-se como ser fechado, não relacional, irá se atrofiando, tornando-se mesquinho até permanecer para sempre no poder da morte, auto-excluindo-se definitivamente. Não é o Pai que exclui alguém da salvação eterna, assim como Jesus não excluiu ninguém de suas relações. Foram os grandes e poderosos, ricos e prepotentes que se auto-excluíram da aproximação gratuita e da ação salvadora de Jesus e, portanto, do projeto salvífico do Pai.

As relações de Jesus revelam quem é o Pai e o que o Pai não é, com quem ele

está e contra quem ele se coloca. Na compaixão e na misericórdia de Jesus com os marginalizados e na severidade com os chefes da religião dos Judeus, ele revela o Pai como o Deus dos excluídos. Isso foi tão marcante na história de Jesus que todos os evangelistas entenderam que nos excluídos e através deles se dava a revelação da divindade e messianidade de Jesus e, portanto, também da paternidade de Deus-Pai. Por isso, ao proclamar seu testemunho sobre a personalidade, a palavra e a práxis de Jesus, os evangelistas o fazem a partir dos excluídos. Do mesmo modo, é a

partir dos excluídos que devemos captar a personalidade, a palavra e a práxis do Pai.

A perfeição, a misericórdia e a santidade do Pai são, portanto, explicitamente reveladas em sua predileção pelos excluídos. Ser como o Pai é fazer opção por eles, é seguir o caminho de Jesus, que veio evangelizar os pobres, veio trazer-lhes uma boa notícia: *"vida para todos e vida em abundância"* (Jo 10,10). Libertando-os primeiramente do medo do Pai e fortalecendo-os do poder do seu Espírito, Jesus pôs os pobres no caminho de sua própria libertação.

III. FAZER AS OBRAS DO PAI

Na oração universal da Igreja, rezada por todos, ricos e pobres, excluídos ou não, pedimos, como Jesus nos ensinou, que se faça a vontade do Pai, que venha o seu Reino (Mt 6,10). Condição para ser irmão e irmã de Jesus, para estar no seu caminho e discipulado, é fazer a vontade do Pai (Mt 12,50; Mc 3,35). Toda a sua vida, Jesus a viveu na busca da vontade do Pai (Jo 6,38). Até o fim, foi fiel a esta referência básica de sua existência: *"faça-se tua vontade"* (Mt 26,42).

Para fazer a vontade do Pai, o Filho faz as obras do Pai. *"O Filho não pode fazer nada por si mesmo, mas somente o que vê o Pai fazer; pois o que o Pai faz, o Filho o faz igualmente"* (Jo 5,19; cf. Jo 8,29; 9,4) Por isso, pode apelar para suas obras como testemunho maior de sua divindade: *"são as obras que o meu Pai me deu para fazer"* (Jo 5,35); *"se eu não faço as obras do meu Pai, continuai a não crer em mim; mas se eu as faço, muito embora não acrediteis em mim, crede nas obras"* (Jo 10,37). As obras do Pai que Jesus faz são obras de amor e misericórdia: cura dos doentes, expulsão dos demônios, acolhida dos pecadores, con-

vivência e comensalidade com os pobres, ensino fácil por parábolas (Sobrino, 1994, 135-159).

Tudo isso porque a vontade do Pai é que Jesus não perca nenhum daqueles que lhe foram dados pelo Pai (Jo 6,38), atraídos pelo Pai a Jesus (Jo 6,44). A práxis histórica de Jesus, relatada de modo mais narrativo pelos Sinóticos, demonstra que os atraídos pelo Pai a Jesus foram os pobres, as mulheres, os marginalizados, os samaritanos, os pecadores, enfim, os excluídos econômica e sociologicamente. A vontade do Pai, que Jesus veio realizar é que não se perca nenhum desses pequeninos! Hoje, para fazermos as obras do Pai, do mesmo modo e no seguimento de Jesus, temos que ser claros e objetivos em nossa relação com os excluídos, manifestando-lhes o amor misericordioso do Pai e a salvação libertadora do Filho Jesus.

1. Deus forte, Deus pobre, Deus Amor!

Se Deus-Pai se revelou na história de Israel, no anúncio do Reino e na cruz de Jesus de Nazaré, nas vicissitudes da Igreja primitiva, sempre a partir da realida-

de de exclusão dos pobres, dos sofredores e dos justos, por que não reconhecer sua revelação nos excluídos de hoje?

Respondemos, fazendo uma profissão de fé: como o seu Filho Jesus Cristo, também o Pai é sempre o mesmo, ontem, hoje e sempre (*Hb 13,8*). Se ele se revelava presente nos excluídos daquele tempo, cremos que continua revelando-se nos excluídos do nosso tempo. Ele é fiel a suas promessas, firme em suas decisões, constante em suas ações. Cremos que, hoje, nos excluídos da participação nos bens da vida, nos que não têm, não podem, não sabem, não mandam, Deus-Pai atualiza sua primeira e definitiva revelação. A opção pelos pobres, feita pela Igreja na América Latina, tem como fundamento teológico e teológico a opção do próprio Pai.

A realidade de pobreza e exclusão de nosso continente exige que refaçamos nossa pergunta por Deus-Pai e estejamos dispostos a ouvir sua inaudita e imprevisível resposta: no mais humano (ou desumanizado dos excluídos) está o mais divino (*Feller, 1988b*). Uma teologia que seja prática e contextualizada, situada histórica e geograficamente, social e politicamente, religiosa e culturalmente, deverá deparar-se com inúmeros lugares, desdobramentos de plenitude, mais propícios ao diálogo com o Pai do que os lugares da tradicional teologia da revelação. Não são lugares que se apresentam diante e fora da prática teológica, lugares que se poderia objetivamente aceitar ou rejeitar, mas são lugares-kairós, que desabrocham no interior mesmo do método teológico, o qual se caracteriza ao mesmo tempo como prática reflexiva e reflexão prática. Portanto, lugares que obrigatoriamente devem ser aceitos, por fidelidade à revelação do próprio Pai.

Uma teologia concreta nos leva a reconhecer que o Deus da Bíblia, o liberta-

dor de Israel e Pai de Jesus, é poderoso na impotência dos pobres, é forte na fraqueza dos excluídos, é santo na inserção em um mundo pecaminoso, é mistério na imanência da história. O Pai mesmo é pobre, como os pobres a quem escolhe como destinatários e sujeitos privilegiados de sua relação. Para entender esse escândalo da pobreza de Deus-Pai cabe ainda uma breve reflexão.

O Pai é libertador, atuante e ativo na história dos pobres. Mas não o é de modo violento, agressor e excludente. Na cruz de Jesus e do povo sofredor, juntamente com seu Filho também o Pai é excluído, se revela pobre, impotente, limitado pelo poder da maldade humana, maldito. Mas, exatamente por isso, ele revela-se Senhor da vida, ressuscita o Filho, recria o mundo e a humanidade desde as ruínas da morte, revela seu poder na fraqueza, sua glória na dor.

Como na cruz de Jesus, também na consciência e na prática histórica da libertação humana, ele se revela, pois, como mistério inefável, fonte de luta pela vida, Senhor único da história. Portanto, ao mesmo tempo, Deus forte na impotência, Deus pobre e por isso rico em misericórdia, Deus Amor! Pela leitura popular da Bíblia, a teologia e a espiritualidade cristãs descobrem que o Pai está presente como força atuante na fraqueza dos pequenos, e desde aí se revela como Deus dos pobres e com eles é protagonista da história da salvação de todos os seres humanos. É o Deus forte na fraqueza dos pequenos.

No sofrimento dos pobres se percebe atual o poder transformador da cruz de Jesus. Descobre-se aí o Pai libertador que continua a ouvir, no clamor dos pobres, o grito do abandono do Filho amado. Na cruz de Jesus, perdurada na cruz dos pobres, o Pai é fraco e impotente. Mas, com isso, desarma o poder dos violentos, res-

ponde ao poder da maldade e da injustiça com a força da mansidão e do perdão, e instaura um modo novo de viver diante do mal. Nem resignados e passivos, nem rebeldes e revoltados, mas responsáveis pelo combate ao mal, com as armas do amor e da justiça.

Na cruz de Jesus o próprio Deus-Pai está de certa maneira crucificado. O Pai sofre a experiência do Filho e assume em si a dor da história. Nessa última e mais perfeita solidariedade com o ser humano, o Pai revela-se como o Deus de Amor. Na cruz de Jesus, o Pai se revela na história, não para explicar o mundo, mas para transformá-lo. Situado num contexto bem determinado, na cruz de todos os filhos e filhas excluídos, ele continua a ouvir o grito do Filho Jesus, assim como ouviu outrora os clamores do povo escolhido. E como ele libertou Israel da escravidão e ressuscitou Jesus do poder da morte, assim, com as obras de Pai, ele está salvando os excluídos. O Pai é o Deus impotente e pobre que respeita ao máximo a liberdade do ser humano, a ponto de submeter-se ao regime de exclusão instaurado pela história. Mas, na sua pobreza, mostra-se Deus da vida, na sua própria exclusão e rejeição, mostra-se como Deus da liberdade.

Descobre-se então o Deus-Pai, o mistério primeiro e último, que se revela como a origem de nossa libertação. Ele sempre se retrai como princípio instaurante e estruturante de toda palavra e de toda ação. Ele aparece em tudo, através de tudo, antes, além e aquém e detrás de tudo. Revelando-se, se oculta como o Deus inefável e invisível, que está na fonte, no meio e no final de qualquer movimento de libertação. Ele é o Deus totalmente Outro, imanipulável, que em sua retração aos domínios dos poderosos, garante o espaço infinito de seu domínio, de seu Reino, que é "justiça, paz

e alegria no Espírito Santo" (Rm 14, 17), que é vida para todos. Assim, o Pai mantém sempre viva em nossos corações a convicção de que, se não podemos contemplar já e sempre o essencial e decisivo de nossas vidas, contudo nós o podemos e devemos alcançar nas manifestações históricas de nossa libertação, quando fazemos sua vontade.

Embora tomando consciência de que cabe ao ser humano fazer a história de sua libertação, os excluídos e os com eles solidários, não tomam o lugar do Pai, não se arvoram a juízes da história, como fazem os poderosos, mas deixam que Deus seja Deus, que o Pai seja Pai, e que continue a manifestar-se como Deus da vida, justamente aí onde ela está mais ameaçada, e Deus do amor exatamente onde parece imperar a violência marginalizadora. É o Deus inefável, Deus mistério, Deus transcendente.

2. Nossa resposta a Deus-Pai: opção pelos excluídos

Se a maior miséria física é morrer de fome, então a maior miséria espiritual é deixar morrer de fome. Assim, nossa sociedade deixa clara sua pobreza espiritual quando permite que grande parte dos seus filhos e filhas viva em situação de miséria extrema, de exclusão social, de apartação. É uma sociedade miserável, miserenta. Os cristãos descomprometidos, na desculpa de buscarem o que julgam o essencial — o religioso, o místico, o sacramental —, na verdade se afastam da fonte da vida cristã: o amor do Pai apaixonado pelos excluídos, sua revelação na pessoa e na história dos excluídos!

Hoje, o sistema econômico-político de exclusão e de apartação nos obriga a rever a prática concreta de nosso amor. Aqui, não caberão mais as intermináveis

discussões sobre o significado de pobreza. Quem é pobre? Quem são os pobres? E os pobres espiritualmente? Importa fazer as obras do Pai. Hoje, sabe-se clara e concretamente quem são e como vivem (ou não vivem) os excluídos. Optar por eles é descer, é condescender-se, é rebaixar-se à sua condição, é refazer o processo quenótico do Pai e do seu Filho Jesus. Javé, Pai do povo de Israel, viu e ouviu os clamores do povo hebreu escravo no Egito, teve compaixão e desceu para libertá-lo (*Ex 3,7-8*). Seu Filho, sendo Deus como ele, não se apegou ciosamente à condição divina, mas fez-se homem em Jesus de Nazaré (*Fl 2,6-11*). Nós,

sendo humanos, conscientes, livres, somos interpelados pela dinâmica reveladora do nosso Deus-Pai, isto é, pelo seu ser e agir, a desapegar-nos de nossa condição e solidarizar-nos com os excluídos.

Se o Pai, para revelar-se, escolhe o caminho escandaloso da opção pelos pobres e excluídos, também cada cristão, para se revelar, isto é, para encontrar a verdade nuclear a seu respeito, e assim se realizar como "homem novo" em Cristo, deverá ser solidário com os excluídos. Também a Igreja, para ser o novo povo de Deus-Pai e a esposa fiel do Servo Sofredor e Senhor Crucificado, deverá sempre de novo refazer a opção pelos pobres.

FONTES:

BOFF, L. *A Trindade e a sociedade*, Vozes, 1987.

FELLER, V.G. *O Deus da Revelação*, Loyola, São Paulo, 1988.

FELLER, V.G. "A pergunta por Deus na teologia da libertação", em *Perspectiva Teológica* 20, Belo Horizonte, 1988b, 151-175.

FELLER, V.G. "Nova Era e fé cristã. Mútua exclusão!?", em *Revista Eclesiástica Brasileira* 218, Vozes, Petrópolis, junho 1995a, 338-364.

FELLER, V.G. "A Nova Era: Religião do Espírito?", em *Encontros Teológicos* 18, ITESC, Florianópolis, 1995b, 45-49.

FELLER, V.G. *A Revelação de Deus a partir dos excluídos*, Paulus, 1995c.

FELLER, V.G. "Os excluídos: lugar da revelação de Deus", em *Vida Pastoral* 181, São Paulo, 1995d, 9-15.

FELLER, V.G. "Jesus Cristo e a libertação das prisões religiosas", em *Encontros Teológicos* 21, ITESC, Florianópolis, 1996, 11-24.

FORTE, B. *A Trindade como história*, Paulinas, São Paulo, 1987.

GALOT, J. *Dio Padre, chi sei?*, San Paolo, Milão, 1998, 7-22.

KASPER, W. *El Dios de Jesucristo*, Sígueme, Salamanca, 1985.

MUÑOZ, R. *O Deus dos cristãos*, Vozes, Petrópolis, 1986.

SEGUNDO, J.L. "Revelación, fe, signos de los tiempos", em Ellacuria I. e Sobrino J. *Mysterium Liberationis. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*, vol. I, Trotta, Madrid, 1990, 443-466.

SOBRINO, J. *Jesus, o libertador*, Vozes, Petrópolis, 1994.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que significa para cristãos e cristãs referir-se a Deus como Deus-Pai?
2. Como você capta em sua experiência espiritual a relação entre Deus-Pai e os excluídos? Você crê que é possível ajudar outros a fazerem essa experiência? Como?
3. Como a Vida Religiosa é interpelada hoje pela exigência evangélica do "fazer as obras do Pai"?

é n c i a
o b
e r
v e
o n
c o
c

Direito ao Trabalho, Exigência Primordial da Ética Social

FREI CARLOS JOSAPHAT, OP*

A consciência humana e mais ainda a consciência cristã se chocam hoje com as grandes distorções, que se apóiam em falsas evidências propaladas por conta do sistema econômico dominante. O exemplo mais gritante desse casamento da injustiça social com o fatalismo ideologicamente imposto é o desemprego generalizado, que tende a se banalizar e justificar, como se fosse uma necessidade científica, social ou historicamente inelutável.

Está aí um desvio moral tão amplo e perverso quanto a prática tranqüila da escravidão, aceita e legitimada durante séculos pelas elites políticas, econômicas e religiosas deste nosso país. Ufanavam-se de viver em um venerável regime de padroado: a Igreja bem unida com o Estado, sob o teto de uma Constituição promulgada em nome da Santíssima Trindade.

HORIZONTE E ROTEIRO

Não teria soado a hora de desmascarar esses tipos de acomodações desumanas e de pretensões arrogantes? Nem falte coragem para exaltar hoje a lucidez profética da Igreja de Cristo, destacando as aspirações e exigências da ética econômica como parte essencial do jubileu comemorativo do novo milênio. Com muita coerência, os direitos econômicos e particularmente o direito ao emprego estão no centro da

campanha da fraternidade deste atribulado mas esperançoso 1999.

Nossa reflexão não se há de limitar a evocar ou mesmo atualizar uma doutrina social. A tarefa urgente e difícil será construir e viver uma ética social, coerente e convincente, fecunda em novos paradigmas, permitindo analisar os sistemas e conjunturas atuais, inspirando novas estratégias que conduzam a uma ação eficaz a curto, médio e longo prazo.

* FREI CARLOS JOSAPHAT, frade dominicano, teólogo conhecido desde os anos 60 pelo seu impenho em estudar e divulgar a mensagem social do Evangelho. Fundador do Jornal "Brasil Urgente", escreveu em 1962 o livro "Evangelho e Revolução Social". Após ensinar teologia durante quase trinta anos na Universidade de Friburgo na Suíça, voltou ao Brasil 1993, tendo publicado os seguintes livros: "Contemplação e Libertação" (1995), "Moral, Amor & Humor" (1997), "Tomás de Aquino e a Nova Era do Espírito" (1998), "Fé, Esperança e Caridade" (1998), "Santas Doutoradas. Espiritualidade e Emancipação da Mulher" (1999).

Só então poderemos enfrentar a globalização concentracionária, que até hoje tem prolongado a força expansionista e dominadora da velha colonização e dos neocolonialismos persistentes. Ela vai se estendendo, atiçando desejos de felicidade em ricos e pobres, mas alimentando na verdade interesses dos donos do mercado. Mais ainda, ela tende a plasmar pelo condicionamento publicitário uma nova humanidade consumista atrelada a uma economia monetarista. Sem dúvida, uma ética plena e universalmente humana terá hoje como tecido e como caminhos de realização a própria economia, encarada qual saber, atividade e sistema de base dos demais sistemas sociais e do grande sistema que forma o conjunto da sociedade.

Portanto:

- convém partir de uma abordagem histórica visando elucidar os caminhos e descaminhos da moral econômica e a marcha da globalização;
- assim, se prepara uma reflexão sobre os paradigmas de uma ética econômica de conteúdo universalmente humano e de inspiração profundamente evangélica;
- para chegar à busca de estratégias operacionais, capazes sobretudo de promover os direitos econômicos, centrados sobre o direito ao trabalho.

Tais são os três pontos que vão balizar e orientar o nosso roteiro.

I. ENCONTROS E DESENCONTROS DA MORAL SOCIAL E DA ECONOMIA

Os desafios de hoje põem em relevo velhos equívocos e conflitos que estão a reclamar uma liquidação urgente. A moral social acusa um atraso amplo e esterilizante no que toca à prática e à compreensão das questões e problemas econômicos em suas dimensões e conseqüências humanas.

Devemos a Arístóteles a elaboração de uma ética econômica, fundada sobre o postulado da igualdade como norma de base nas relações e nas distribuições dos bens, dos encargos e das responsabilidades nas atividades do trabalho.¹ O grande Filósofo denunciou com força e agudeza a *"pleonexia"*, a ambição de querer sempre mais para si, a ganância desmedida, que é a aplicação perversa e perniciosa da *"hybris"* ao domínio da posse e da gestão dos bens úteis e mes-

mo necessários a todos. Confirmada, afinada e ampliada pelo sentido da comunhão fraterna, essa ética econômica da justiça e da solidariedade será integrada e prolongada pela tradição cristã.

Moral social alheia ao sistema econômico

Os grandes Padres da Igreja, Basílio, João Crisóstomo, Ambrósio despertarão a consciência dos cristãos, proclamando com vigor as exigências radicais da solidariedade: o supérfluo que você guarda e acumula é um roubo praticado em detrimento do necessitado. Não alimentar o faminto é cometer homicídio por omissão. *Non pavisti, occidisti*. "Não nutriste, mataste". Esses axiomas patrísticos atravessaram os séculos. Retomados, comentados, explicados pelos mestres

1. O essencial dessa ética se acha condensada no livro V da *Ética a Nicômaco*, pela qual Sto. Tomás de Aquino começou sua iniciação a Arístóteles sob a direção de Santo Alberto Magno e à qual consagrou um vigoroso e lúcido comentário.

medievais, correm o risco de serem atenuados nos tempos modernos.²

Pois, aqui, começamos a tocar as incertezas, as ambigüidades, os desencontros comprometedores na história da moral e da economia. Todo o êxito na busca de uma "civilização do amor" e a viabilidade de uma ética econômica que lhe prepare os caminhos dependem da compreensão da consistência e das raízes desse equívocos seculares e até mesmo milenares. Eles marcam e paralisam as consciências e os inconscientes da velha cristandade, se perpetuam e agravam nas mentalidades da modernidade e da chamada pós-modernidade. Detectar e revisar esses pontos nevrálgicos, por vezes anestesiados, da história da moral é o primeiro passo para a relançar a desejada e indispensável ética social, chamada a retificar e ativar a economia globalizada no limiar do novo milênio.

O primeiro grande equívoco ou desencontro atinge o cerne mesmo da moral e da economia consideradas em seu desenrolar histórico. Sobretudo desde alvorecer do mundo moderno, a moral tende a se privatizar, a se concentrar nos problemas e preocupações das consciências individuais, enquanto a economia se constitui em um sistema social, animador e regulador do sistema global da sociedade. Os fundadores e sistematizadores da economia moderna, um pensador como Adam Smith, um vulgarizador talentoso como Bernard Mandeville (com sua *"Fábula das abelhas"*), lançavam o paradoxo provocante: as *"virtudes individuais são vícios sociais"*.³ Com rara felicidade casavam fineza de análise e requintado bom humor. De fato, a velha

moral, ao pregar sobriedade, desapego dos bens, generosidade em esmolas e obras de assistência, quase sempre não era ouvida. Mas, sobretudo se mostrava de todo inoperante, senão contraprodcente, quando se tratava de retificar, sobretudo de orientar e agilizar o processo econômico, encarado na originalidade e na complexidade de seus mecanismos e de sua dinâmica própria.

Esse primeiro equívoco deveras radical vem ilustrado e mesmo realçado por um outro, mais determinado e de importância realmente decisiva. Desde a época patrística, durante toda a idade média, até os começos do século XX, a moral cristã condena toda espécie de juros como "pecado de usura", como prática essencialmente pervertida, "intrinsecamente má". O pensamento cristão herdou de Aristóteles a falsa evidência expressa em máximas bem cinzeladas; *"o dinheiro é naturalmente infecundo"*. *"Moeda não dá cria"*. A remuneração do dinheiro emprestado é um "pecado contra a natureza" (do dinheiro!). Na origem dessa bem intencionada condenação de todo tipo de juros, há uma tocante inspiração bíblica de misericórdia para com os pobres e de defesa dos endividados contra a ganância dos usurários. Mas essa misericórdia carecia de lucidez e criatividade para acompanhar, favorecer e sobretudo orientar eticamente o desenvolvimento da economia especialmente em suas etapas aceleradas de capitalismo mercantil e industrial.

O discernimento era possível, pois Calvino, no século XVI, teve a intuição luminosa e evangélica de marcar a diferença essencial e determinante entre as duas modalidades de empréstimo: For-

2. Uma síntese bem articulada e bem documentada se encontra em José Inácio GONZÁLEZ FAUS, *Vigários de Cristo. Os pobres na teologia e na espiritualidade cristãs. Antologia comentada*. Paulus, São Paulo, 1996.

3. Ver em meu livro *Moral, amor e humor*, Record-Nova Era, RJ, 1997, cap. 9º: "Ética e economia pairando nas nuvens".

necer dinheiro ou bens necessários à subsistência de um necessitado, sem espera de remuneração, está aí uma linda e oportuna obra de misericórdia; outra coisa é uma operação financeira, realizada no campo dos intercâmbios comerciais, em que o dinheiro tem a sua fecundidade de natureza real, qual elemento indispensável da economia. A interdição indiscriminada de toda espécie de juros não impediu a proliferação da usura. Aliás, entre os membros do alto clero não faltaram grandes clientes e constantes amigos dos banqueiros. O mais lamentável é que o moralismo cego e pretensioso esterilizou o comportamento e o pensamento cristãos, impedindo o surgimento de uma ética econômica fundamental, que fosse ao encontro dos graves problemas do investimento, do crédito, da promoção sistemática do trabalho e do emprego, com a conseqüente valorização de uma espiritualidade das atividades e para os protagonistas da economia.

Na realidade, a moral social, sem excetuar a moral cristã, tem andado praticamente alheia às realidades e aos problemas concretos da economia encarada como saber, como atividade e como sistema específicos. Multiplicam-se as exortações, queixas e denúncias, sem que se identifiquem e indiquem agentes responsáveis ou instâncias de decisões ou orientações, capazes de modificar os mecanismos e processos econômicos.

Doutrina social da Igreja em busca de eficácia

Uma doutrina social da Igreja surge e se elabora partir do pontificado de Leão XIII. Sua encíclica *Rerum novarum* (15 de maio de 1891) foi um ato de lucidez e coragem, optando em geral pelas posições dos "cristãos sociais", afirmando uma mensagem de justiça destinada a modelar a sociedade e dissociando-se

de uma religião pietista e associal. Esta apela, quando muito, para a "caridade", entendida como atitude de beneficência e assistencialismo; desconhece ou relega ao plano da política ou da economia tudo o que compete à justiça social, à justiça como virtude e valor básico para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana.

Não se pode menosprezar a importância da doutrina social que o magistério da Igreja tem destacado e elaborado como dimensão e exigência do Evangelho. Tanto mais que essa mensagem é transmitida no mundo inteiro pela voz do episcopado e traduz um largo consenso ecumênico entre comunidades cristãs e entre as grandes religiões no mundo. No entanto, ela se concretiza mais em um tecido de exortações, por vezes de denúncias, comportando uma certa elaboração teórica, a partir de valores humanos e de uma inspiração evangélica. Mas não aborda, por princípio, a análise das realidades e dos sistemas econômicos. Chega a destacar normas e modelos de comportamentos, que guardam no entanto um caráter abstrato, sem que se determinem os pontos de inserção e os agentes econômicos visados.

Há sem dúvida exceções que apontam para os caminhos concretos de uma compreensão dos sistemas e de uma ação retificadora em seus mecanismos e processos históricos. Entre essas exceções daríamos relevo ao paradigma de ética econômica, esboçado pelo Concílio Vaticano II na Constituição *Gaudium et spes* (novembro de 1965), e ao projeto proposto pela carta pastoral coletiva do episcopado dos Estados Unidos, em 1986. Esta carta foi precedida e acompanhada de uma consulta ampla e transparente da opinião pública e contou com a colaboração de especialistas, mediante um diálogo constante durante

todas as etapas da elaboração do documento. Sob essa forma aberta e extensa, semelhante intercâmbio dos Pastores e do conjunto do povo permanece um exemplo raro, senão único, na história do magistério da Igreja.

Muitas posições de João Paulo II resplandecem quais gestos generosos, desinteressados, proféticos. Tanto mais que contrastam com a ausência de líderes políticos e de intervenções das instâncias de poder visando a marcha e a orientação das tendências e forças econômicas atreladas ao simples jogo do mercado ou empenhadas em sua manipulação especulativa. A insistência do Papa em apontar o impasse absoluto causado pelo agravamento das dívidas externas dos países menos desenvolvidos é o exemplo de uma lucidez e de uma coragem, que a mídia não tem conseguido atenuar ou camuflar. No entanto, o caráter profético dessas oportunas intervenções de João Paulo II, em boa hora prolongadas por documentos da Comissão *Justiça e Paz*, não tem onde e como apoiar-se em uma ética econômica fundada sobre a análise das realidades, dos mecanismos e instrumentos de ação do sistema econômico atual. Digamos que são pontos de partida e de referência para a elaboração e a prática dessa ética tecida pelos valores humanos e evangélicos e pelo princípio de realidade, levando ao estudo técnico, crítico e criativo da economia moderna.

Justiça social: uma perniciosa "miragem" idealista?

Para melhor situar nossa apreciação, parece conveniente atender às críticas de um dos mestres do chamado neoliberalismo de hoje.

F. A. Hayek não hesita em condenar a *justiça social* como uma *idéia nebulosa* e vazia de conteúdo. Portanto, sem valia nem serventia, só vem despertar uma forte carga afetiva, contribuindo apenas para atrapalhar, paralisando ou desviando as energias. Seria, aliás, uma herança antiquada das sociedades tribais, a qual aí está, retardando o esforço da modernização da economia.⁴

Essa posição se funda essencialmente na convicção de que a *economia é um sistema que dispõe de seus próprios mecanismos de auto-regulação*. Ela se mostra assim capaz de conduzir a humanidade ao pleno desenvolvimento, contanto que a marcha da economia não seja entravada e emperrada por sobrecargas legais, por comportamentos, mentalidades ou ideologias paralisantes. As doutrinas éticas, especialmente os ensinamentos das Igrejas sobre a "justiça social", entrariam nessa categoria das ideologias retrógradas e obstruidoras.

As críticas de Hayek seriam desprovidas de qualquer fundamento? Ele foi não apenas um economista eminente, laureado com o prêmio Nobel em ciência econômica em 1974, mas também professor de ciências morais e sociais. Se não conseguiu casar a moral e o social, e compreender o sentido e o conteúdo da "justiça social," suas denúncias, no entanto, atingem de cheio os *abusos e desvios* que parasitam e paralisam essa noção ética de base. Hayek tem plenamente razão em estigmatizar o "Estado-Providência," o Estado-patrão. O equívoco nasce quando professa que proclamar a necessidade da justiça social seria tudo entregar ao zelo e à competência do Estado. Aqui bate o ponto. Bem entendida, a justiça social tem

4. Condensamos aqui em uma linguagem, menos técnica do que a do autor, o conteúdo do 2º volume da trilogia de F. A. HAYEK, *Law, Legislation and Liberty* (3 vols.), 1973. O 2º volume tem como subtítulo "A miragem da justiça social".

um alcance universal. Ela há de ser vivida e praticada por todos os cidadãos. Ela deve penetrar todas as instituições, todos os centros de decisão e de orientação da política, da economia e dos outros sistemas que formam o grande sistema da sociedade. A crítica dos liberais pode ser-

nos útil para bem precisar o significado, o objeto e os diferentes responsáveis da justiça social, sem excluir o Estado. Muito pelo contrário, é preciso incluir os domínios da justiça social no vasto campo do bem comum, de que o Estado é o primeiro responsável.

II. PARADIGMAS DE UMA ÉTICA ECONÔMICA DE CONTEÚDO HUMANO E DE INSPIRAÇÃO EVANGÉLICA.

Em continuidade com esse apanhado histórico, indicamos um ou outro modelo significativo, antes de esboçar em grandes linhas o paradigma de uma ética econômica, mais atenta aos problemas urgentes do trabalho e do desemprego.

A indispensável conciliação da liberdade e da justiça

De maneira geral, pode-se dizer que o problema de base para a ética política e econômica hoje é realizar o binômio liberdade e justiça, dentro de um paradigma eficiente de democracia social ou de socialismo democrático. Na história recente, constatou-se a desventura dos socialismos estabelecidos, que ignoraram o valor e os caminhos da liberdade. Quiseram libertar o povo sem o povo, tutelado pelo Partido dono da verdade e todo poderoso para tudo planejar e executar.

Por outro lado, o capitalismo selvagem e guiado por um liberalismo extremo teria conduzido a humanidade à catástrofe total, se um conjunto de forças culturais, espirituais, sindicais, políticas não estivessem presentes à civilização, aos sistemas sócio-econômicos e políticos, penetrando-os, ao menos parcialmente, de valores democráticos e de alguns postulados de justiça social. Assim, a economia moderna pôde trazer uma série de progressos e benefícios para uma boa parte da humanidade.

Isso não se deve exclusivamente ao capitalismo liberal, mas à feliz junção, à sinergia da liberdade e da justiça. Estamos longe do regime praticamente servil de 12, e mesmo 14 horas de trabalho, ao qual o capitalismo liberal começou por sujeitar as massas proletárias. As conquistas sociais foram obtidas por reivindicações e lutas em nome da justiça social. Não era a lógica do sistema capitalista liberal. Ele cedeu, de mau humor, e está hoje dando tudo para destruir as conquistas da justiça social, desmantelando ou pelo menos neutralizando as forças trabalhadoras e populares. Tal é a inspiração, mais ou menos disfarçada de muitas medidas legislativas de "modernização" do direito trabalhista, que visam debilitar a capacidade de reivindicação dos trabalhadores organizados. O que se pretende é dar plena segurança aos investidores estrangeiros, mostrando-lhes o lindo espetáculo da paz social no país, entendida como o perfeito conformismo do conjunto do povo. Esse capitalismo que não merece o título de neoliberal, mas de ultraliberal, uma vez dono da bola e do jogo, dosaria simplesmente o poder aquisitivo a conceder aos consumidores segundo as divinas leis do mercado e a soberana habilidade da especulação. Para uma consideração ética, é essencial esta convicção: historicamente, os benefícios verdadeiros, amplos e duráveis vêm da aliança fecunda da liber-

LIBERDADE E JUSTIÇA

dade e da justiça, envolvendo os progressos da economia e da técnica.

Estudos e modelos de ação

Nessa perspectiva de conciliar os valores e os direitos fundamentais, se inscrevem alguns estudos, atentos à tradição ética e aos dados da civilização tecnológica. Semelhante empenho de rigor doutrinal e de autêntico realismo tem permitido dar um novo feitio e uma credibilidade promissora à ética social.

Entre os melhores e de mais ampla aceitação, convém salientar John Rawls, com a sua doutrina da justiça e os modelos teóricos e práticos que ele propõe para torná-la viável, dentro de um sistema liberal, como o sistema americano.⁵ Dez anos mais tarde, Michael Novak elabora um tentativa de "ética econômica," consagrando "os valores da economia de mercado," em uma perspectiva humana e mesmo cristã.⁶ A questão de base suscitada por esse livro é a seguinte: a economia de mercado encerra de fato todos esses valores éticos apregoados, ou seria ela apenas susceptível de os acolher, como parâmetros normativos, reclamando a responsabilidade ética dos agentes econômicos? A segunda parte da alternativa nos parece plenamente válida.

Em semelhante perspectiva, se inscreve a já citada Carta pastoral dos Bispos dos Estados Unidos, *Justiça econômica*

para todos, trazendo o subtítulo sugestivo: "sobre o ensino social católico e a economia americana". Essa economia é considerada pelos Bispos, na sua realidade concreta, não como quadro doutrinal ou ideológico. Ela é vista e apreciada como um sistema "misto", permeável aos valores éticos. É tida por imperfeita, falha em muitos pontos, mas perfectível graças a um esforço responsável de todos os agentes econômicos, dos empresários e trabalhadores organizados, do Estado e da sociedade em geral.⁷ Essa posição dos Bispos norte-americanos nos oferece o modelo ou a referência mais aceitável, contanto que com o mesmo rigor analisemos a nossa situação de um país subdesenvolvido ou desigualmente desenvolvido dentro do conjunto dos países do hemisfério sul. Antes, porém, de enfrentarmos esse projeto de análise da realidade e de busca de uma estratégia operacional, nossa reflexão se deve concentrar na tarefa, talvez a mais urgente e difícil, de definir o paradigma de uma ética econômica rigorosa e operacional, porque capaz de fundar um certo consenso popular.

Urgência de uma definição da ética social hoje

Há uns dez anos, ao tentar, com uma equipe de economistas, esta espinhosa tarefa de elaborar um esboço de ética econômica, verificamos que o tema tem sido abordado, sobretudo nos Estados

5. Cf. John RAWLS, *A Theory of Justice*, Oxford University Press, 1972. O livro sistematiza e desenvolve os estudos efetuados pelo autor desde uns doze anos antes. As teses de Rawls foram debatidas em todo o mundo e são em geral acolhidas como bom ponto de partida para uma reflexão objetiva e bem fundada da Ética social, política e econômica. A legitimação que ele apresenta para as desigualdades sociais e econômicas, justificando-as somente na medida em que elas concorrem para o bem dos menos favorecidos, merece grande atenção. Ela é uma formulação ética, que se aproxima do tema cristão do "amor preferencial pelos pobres."

6. Ver Michael NOVAK, *The Spirit of Democratic Capitalism* (1982), traduzido em francês sob o título de *Une éthique économique. Les valeurs de l'économie de marché*, du Cerf, Paris, 1987.

7. Pode-se encontrar esse texto, nas coleções dos documentos eclesiais da Ed. Vozes. Essa Carta pastoral coletiva é deveras notável pelo seu conteúdo, seu estilo, e sobretudo pela forma como foi preparada e elaborada. Foram consultados as pessoas e os organismos mais competentes, e a opinião pública pôde acompanhar o processo de redação, através das publicações das várias etapas da Carta. Exemplo único na história do ensino da Igreja.

2
1
0
π
0
π
π
1
0
>
π
0
0

Unidos, em milhares de estudos que casam em seus títulos os termos "ética" e "economia". Mas esse casamento parece uma aliança antes para o "pior" do que para o "melhor". E se a fecundidade não ficou para trás, fez transbordar os celeiros do utilitarismo e não da justiça social. A ética econômica é entendida, em fins de conta, como a "ética dos negócios".⁸ Surge e se espraia longamente como o saber, a técnica, a fineza, a agilidade e esperteza de dar certo e de triunfar, suscitando nas empresas e nas redes das relações econômicas as belas e nobres qualidades humanas, que têm tudo das virtudes e valores éticos, mas se subordinam aos objetivos estrita e estreitamente econômicos: do proveito, do lucro, do triunfo sobre rivais e concorrentes. Não se busca um trabalhoso projeto de ser bom, basta o empenho de parecer honesto e sobretudo de ser amável senão sedutor. Chega-se assim a uma espécie de maquiavelismo requintado nos domínios da economia.

Diante dessas distorções das mentalidades e das ideologias, a palavra evangélica resplandece em sua força universal: "*A Verdade vos libertará*". Uma informação exata e completa sobre os problemas humanos, uma compreensão dos sistemas e do dinamismo da sociedade, especialmente da economia que toca as necessidades e desejos primordiais, tal é o fundamento de uma ética da plena realização e de real libertação humana. A primeira exigência ética é o conhecimento da ética em sua verdade e em sua originalidade. Ela é o saber que se há de juntar corajosamente aos valores de justiça, de solidariedade e de responsabilidade, para combater as meias

verdades, veiculadas pelas ideologias inoculadas pelo economismo dominante, buscando levar o nosso país e a humanidade à construção de uma sociedade, cujos objetivos sejam a felicidade e a dignidade garantidas a todos e a todas, sem exclusão ou discriminação.

Sem esquecer outras frentes, a batalha decisiva para abrir caminhos a todos os outros combates no plano social, é a luta no campo da inteligência, da implantação e no fortalecimento de uma cultura iluminada e animada pelos valores éticos, em atitude de resistência à (pseudo) cultura dominante do utilitarismo, do individualismo e consumismo. Qualificá-la de falsa cultura não significa desconhecer ou menosprezar a sua força, a sua presença transformadora e animadora dos costumes, das mentalidades e das instituições. Para ser ela mesma, a ética terá hoje uma função libertadora, qualquer coisa de uma força subversiva na medida que é criativa de uma nova civilização. Num empenho de pura verdade transformadora, ela levará a analisar e compreender as ações, as relações e organizações humanas, em relação com as exigências da dignidade e dos direitos de cada pessoa, bem como da promoção do bem comum. Em síntese, ela terá por objeto e projeto o respeito e a elevação da pessoa, bem como a promoção efetiva e universal do bem comum.

Princípios e valores básicos de uma ética econômica

Dois princípios parecem especialmente necessários para fundar e orientar hoje a ética econômica, em vista de assegurar-lhe rigor, coerência e operacionalidade:

8. Para se ter uma primeira idéia, pode-se consultar: COUTINHO DE ARRUDA, M. C. : *Uma bibliografia de ética dos negócios*. Fonte: Business Periodicals Index. Período de levantamento: agosto de 88 a julho de 92. Editor: Núcleo de Pesquisas e Publicações. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (Brasil, 1992).

- ela terá um caráter *sistêmico*;
- visará e unirá em seu projeto a totalidade dos campos e agentes econômicos.

Ela há de ser uma *ética sistêmica*. Esse caráter sistêmico deve ser universal e abraçar os objetivos e valores tanto da ética quanto da economia.

Com efeito seja a ética seja a economia só se entendem e realizam como totalidades orgânicas. Ambas se formam como entrelaçamentos de objetivos, de valores, de normas e modelos de comportamentos, que partem de um mesmo princípio e que se confirmam e corroboram mutuamente no desenrolar de suas atividades. Falaremos de um sistema ético que vai ao encontro do sistema econômico, guardando um e outro sua autonomia e se complementando em um empenho de alcançar e promover o bem humano em um domínio específico, a produção e repartição de bens úteis à vida individual e social.

A realidade ou a instituição econômica global é o *sistema*, considerado sob o ângulo positivo, sem qualquer conotação pejorativa. Em virtude de sua universalidade, de sua racionalidade, de sua coerência e eficácia, a economia realiza, de forma eminente a noção de sistema, elaborada por Bertalanffy, na sua "*Teoria geral dos sistemas*".

É preciso ter diante dos olhos, ao menos em termos simples a noção de sistema.⁹ Um sistema surge e se define como: *a conjunção permanente e organizada de agentes e fatores, em uma convergência harmoniosa de atividades e energias, de meios, recursos e técnicas, visando a maior e a melhor obtenção de objetivos, analisados e determinados com precisão.*

O sistema econômico se constitui de uma série de empresas, bem como da reunião mais ou menos ativa dos consumidores, formando uma totalidade, dotada de uma unidade orgânica e dinâmica. Retomemos a definição, aplicando-a a esse domínio complexo e escorregadio. O sistema será aqui: *a conjunção permanente e organizada de agentes e fatores econômicos, em uma convergência harmoniosa de atividades, energias, de meios e técnicas de produção e distribuição, visando a maximização e a otimização dos objetivos econômicos, analisados e determinados com precisão (graças à prospeção de mercados, à análise das conjunturas e condições variáveis dentro e fora do universo econômico).*

Vê-se por que havemos de buscar, elaborar e praticar um *projeto ético total*. A ética econômica deve ser abordada como um projeto global, dinâmico e coerente, visando e abrangendo não apenas uma categoria, mesmo importante como os empresários, mas todos os agentes econômicos que compõem a empresa e com ela se relacionam, dando ênfase a todos os trabalhadores e a todos os consumidores.

Esse projeto envolve a empresa, a rede de empresas que constituem o sistema econômico, atingindo, retificando e elevando cada um e o conjunto de seus membros. A ética suscita e dirige a responsabilidade dos seus componentes dentro da empresa bem como a responsabilidade da empresa em relação aos seus parceiros, fornecedores e concorrentes, sem esquecer a relação com toda a sociedade.

Uma visão limitada senão patológica vem a ser a teoria e a prática puramente monetaristas da economia. Ela tende a dominar e a impor-se como uma dessas falsas evidências que formam a ideologia

9. Utilizamos e prolongamos em uma perspectiva de ética social: LUDWIG VON BERTALANFFY, *General System Theory*, New York, 1968. Trad., francesa de Jean Benoist CHABROL, Ed. Dunod, Paris, 1973.

dominante em nosso país e no mundo da globalização neocolonialista. A simples definição da economia dada pelos manuais pode parecer hoje subversiva, revolucionária, se a aceitamos na realidade e na totalidade de seus elementos.

Tentemos sintetizar e simplificar essa definição:

A economia é a ciência, a técnica, diríamos a arte e a prudência que visa o mais nobre e difícil dos objetivos pessoais e sociais: aplicar os dados e recursos disponíveis para a satisfação das necessidades dos seres humanos vivendo em sociedade; ela visa elucidar e guiar as operações essenciais que são a produção, a distribuição e o consumo dos bens, bem como as instituições e atividades que facilitam essas operações.

O pleno êxito das atividades econômicas pede a qualificação e a dedicação dos agentes econômicos e igualmente a participação ativa e bem informada do conjunto dos cidadãos que entram como agentes econômicos, pelo menos em sua qualidade de consumidores.

No centro da ética social: os direitos econômicos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi celebrada com certa frieza em 1998, devido ao clima de utilitarismo social e à ideologia difundida pela Internacional do capital hoje dominante. No entanto, essa Declaração traduz a emergência talvez a mais marcante da consciência ética da humanidade.

Sua originalidade se manifesta em dois avanços conexos, estimulados pelo horror causados pela segunda guerra mundial e pelo cortejos de crimes e falhas que a prepararam e acompanharam: o primeiro grande progresso foi fazer que uma declaração de caráter jurídico e político fosse animada de uma motivação e de um conteúdo profun-

damente éticos. Seus objetivos vêm a ser a educação e a elevação das novas gerações sob a inspiração da dignidade da pessoa, da responsabilidade e da solidariedade. E o segundo passo à frente foi o empenho de promover a igualdade de braços dados com a liberdade.

Para abrir caminhos à igualdade efetiva e sem dúvida progressiva da igualdade, a Declaração procede de maneira descritiva e bem pormenorizada, propondo, após as prerrogativas e as liberdades individuais, os direitos econômicos, sociais e culturais (artigos 22-27). Trata-se de criar e garantir o meio vital, o ecossistema social que permita e favoreça a realidade e o desabrochar das liberdades nos campos jurídicos e políticos.

Temos assim na afirmação do direito ao trabalho, — entenda-se ao emprego possibilitado a todos, — ao justo salário, ao repouso, ao lazer, a um nível de vida digno, à educação e à cultura, um núcleo de ética social, contando com consenso da humanidade e capaz de assegurar um caminho efetivo da globalização de qualidade humana e capaz de levar à verdadeira felicidade humana.

Apegando-se ao liberalismo rançoso (que não merece o título de neoliberalismo), dando ênfase apenas às liberdades formais que asseguram os direitos dos mais fortes, a atual globalização concentracionária vai contra o essencial da Declaração Universal da ONU, tende a instaurar uma desordem intrinsecamente perversa, solapando as bases da ética social, que, após séculos de lutas e sofrimentos, os progressos da consciência humana já estavam tornando viável.

Pleno emprego e condições humanas do trabalho

A realização do pleno emprego é a pedra de toque para a apreciação realista

U
N
I
V
E
R
S
I
D
A
D
E
D
E
B
R
A
R
I
A
D
E
B
R
A
S
I
L
E
S
A

da qualidade humana da sociedade e, de maneira equivalente, para o julgamento do caráter efetivo da democracia em um país e no mundo.

Encarado sob o ângulo ético, e não apenas sob o aspecto, aliás indissociável, jurídico e político, o direito ao trabalho é expressão da dignidade da pessoa no campo econômico. O direito não é aqui uma vantagem, uma vaga que me coube (por sorte ou por interesse do capital, do empregador). Ele se prende, sem dúvida, à minha capacidade e à minha contribuição á produção. Pois o trabalhador é o agente primeiro da vida e do sistema econômicos. Mas, juntamente com esse dado econômico e acima dele, há a dignidade da pessoa que se afirma e realiza no trabalho, que tem por objetivo valorizar cada pessoa e todas as pessoas trabalhadoras ao mesmo tempo que produz o necessário à vida plenamente humana da sociedade. Não se pode aceitar a primazia de uma lei dita econômica que fizesse da produtividade e da rentabilidade a norma primordial e menos ainda exclusiva do chamado mercado do trabalho.

O Papa João Paulo II expõe amplamente na encíclica *Laborem exercens*

que o trabalho tem, uma inegável dimensão objetiva, que oferece uma base de preço para a sua remuneração. Mas, em confronto com os outros fatores econômicos, ao capital que se investe e aos outros instrumentos técnicos que o ativam, o trabalho tem sua originalidade, a sua "dimensão subjetiva". É a pessoa que trabalha. Sua dignidade faz com que o trabalhador jamais possa ser tratado como simples máquina ou como uma força ou energia animal. O lugar conveniente, as boas condições de trabalho, a qualificação tornada realmente possível para o trabalho e sua eventual flexibilidade, todos esses requisitos são exigidos e medidos pela dupla dimensão objetiva (produtividade e rentabilidade) e sobretudo subjetiva (dignidade pessoal) do trabalho.

O sistema econômico que se rege apenas pelo dogma do mercado de trabalho, baseado exclusivamente na produtividade e na rentabilidade reintroduz na época do requinte tecnológico o velho regime da escravidão. É radicalmente perverso, é intrinsecamente mau, como se gostava de qualificar, até bem pouco, o regime comunista.

III. ESTRATÉGIA ÉTICA. PROJETOS E MODELOS DE AÇÃO.

Que fazer? Tal é a questão fundamental e crucial, que nos cumpre levantar na perspectiva ética de nossa responsabilidade de cidadãos e de nosso compromisso cristão. Não se busca suscitar uma inquietude momentânea ou uma simples reação ocasional e passageira a determinadas atitudes ou omissões dos governantes. Elas podem estimular a nossa reflexão e os nossos comportamentos. Mas, o que nos interessa primordialmente aqui é partir de um paradigma de ética social, atento sem dúvida à atualidade, mas sobretudo capaz de

guiar nosso empenho e nossa ação a breve, a médio e a longo prazo.

Atitude de vigilância cívica e cristã.

Há pouco mais de meio século, o movimento de oposição a um governo autoritário lançava por esse Brasil afora o eloqüente brado traduzido do inglês: "O preço da liberdade é a eterna vigilância." É preciso ir mais longe: a liberdade, a justiça social, o desenvolvimento autônomo de nosso povo, a preservação do meio ambiente, o futuro da saúde e da educação, o direito ao trabalho estão acima de

todo preço. São valores humanos que não interessam aos monstros frios que são as entidades transnacionais, menos ainda aos capitais especuladores. Esses supremos valores e os direitos fundamentais que os concretizam estão confiados à nossa vigilância incansável, lúcida, capaz de dizer sim e corajosa para gritar não, na hora certa.

Esse dever absoluto e intransferível de vigilância cívica e cristã se torna premente e urgente em momentos de reforma tocando as orientações básicas do país. A democracia representativa não dispensa a intervenção direta do povo. E não apenas pelo "plebiscito, referendo e iniciativa popular" que a Constituição instituiu mas a lei ordinária ainda não teve tempo de regular (Cf. *Constituição*, arts. 1 e 14). Mas essa soberania do povo se há de fazer ativa, também e sempre pelas manifestações pacíficas dos cidadãos, dos grupos, dos movimentos de influência e de pressão, exercidos na legalidade, na ordem e na transparência. E não na penumbra ou no lusco — fusco dos lobbies, que circulam pelos corredores dos Três Poderes, manobrando e agilizando suas decisões, em proveito dos interesses particulares. Temos que levar o recado a todos os movimentos e a todas as comunidades: o preço da liberdade, da justiça e do bem-estar do nosso povo é a sua paciente e inquebrantável vigilância.

Sem participação não há salvação

Não havemos de ficar na generalidade inócua. A ação no plano social só é eficaz se se fundar na informação, no conhecimento da realidade, na competência, na inserção nos diferentes sistemas políticos, econômicos, jurídicos, culturais e comunicacionais que formam o grande sistema da sociedade. Relembrando e prolongando o ensino do Padre Lebre, é

preciso pregar sem receio de importunar: a nossa espiritualidade evangélica deve visar a eficácia, o êxito real e duradouro no plano da ação social, política, cultural e econômica.

A mística se deverá aliar à ciência e à técnica para a criação de um novo paradigma justo e solidário de humanidade. Os apelos à justiça, as reivindicações de direitos continuam quase sempre marcados e emperrados pelas imprecisões na compreensão dos valores éticos e dos direitos sobretudo dos direitos sociais, culturais e econômicos. Um empenho de catequese, de formação constante e apropriada, se faz mister em toda parte, sendo tarefa primordial dos grupos de ação e das comunidades de base. A informação e a formação lúcida, firme e em contínua atualização, é o grande e primordial imperativo da ética social, especialmente quando iluminada e incandescida pela caridade evangélica.

É preciso agir sobre o sistema de dentro do sistema.

Tentar agir de fora do sistema é cansar-se em uma agitação sem proveito e sem sentido. Sistema aqui não tem qualquer acepção pejorativa ou negativa. Todo ser vivo é um sistema. E só pode ser apreendido, orientado ou reorientado graças ao conhecimento exato de suas partes e da articulação vital delas na globalidade do organismo e de suas funções. Assim e mais ainda, quando se trata da sociedade e de todo corpo social. Temos um grande sistema formado de um feixe de sistemas.

Já salientamos, o sistema é o conjunto organizado de pessoas, dispondo de recursos, de instrumentos, de técnica e de competência para alcançar objetivos, respondendo a demandas ou funções em uma sociedade. A mídia é o grande sistema sócio-econômico e cultural que

responde às demandas e à função social de informação, de comunicação e de divertimento, tais quais se apresentam no sistema global que é a civilização moderna. Um sistema particular, a mídia, uma cadeia de TV dentro da mídia, têm uma certa autonomia, estando, no entanto, sujeitos a uma corrente de interdependências. Estão ligados aos outros sistemas, mais forte e diretamente ao sistema econômico, mas igualmente ao sistema cultural, político, jurídico, até certo ponto ao sistema familiar.

Convém insistir sobre essas evidências, pois delas dependem a pertinência e a eficácia da ética social em nossa civilização tecnológica. Quando se trata de modificar os comportamentos, as mentalidades, as relações e organizações no campo da informação, da política, da cultura, da educação, e sobretudo da economia, nada se faz, de maneira efetiva e duradoura, a não ser tornando-se agentes organizados e intervindo sempre nos centros de decisão dos sistemas. Um dos agentes de todo sistema econômico é o consumidor. O consumidor passivo é consumido gentilmente pelo sistema, como tudo o mais.

Em muitos países democráticos, nota-se pelos menos um começo de participação ativa, embora nem sempre no sentido de retificar ou renovar o sistema. Os consumidores, especialmente as consumidoras se vêm organizando de maneira inteligente e militante. E impõem tranqüilamente um código de ética a todo o mercado. As consumidoras não fazem espalhafato. Têm a competência e o público do lado delas. Nenhum comerciante, atacadista ou varejista, nenhuma fábrica quer se chocar contra o código das consumidoras, vigilantes e ativas. Ninguém quer ser panela de barro, batendo em panela de ferro. Ora, consumidor isolado é panela de

barro. Consumidores organizados e militantes, panelas de ferro.

Em nosso país, o Procom é um modelo permitindo uma primeira etapa de participação. Mas esta, mesmo quando eficaz, é bastante limitada. Situa-se no campo das reivindicações individuais, apela para um órgão administrativo. Só indiretamente coopera para a retificação do sistema. A grande exigência ética é a ação organizada e de alcance sistêmico. O modelo das associações de consumidores e do apelo ao Procom há de ser generalizado, estendendo-se a todos os agentes e visando a retificação e a reforma de todos os sistemas sociais.

Um modelo alternativo de justiça social, hoje.

Vamos tentar esboçar em algumas proposições simples uma espécie de modelo alternativo ao modelo neoliberal. Evocaremos os princípios e verdades de base que nos fornecem o fundamento doutrinal e o ponto de partida para nossas posições práticas.

Em contraste com o modelo neoliberal, um modelo verdadeiramente humano e de inspiração cristã começa por insistir sobre a prioridade a dar à ética. Uma economia do desenvolvimento deverá ser animada por um modelo de ética social, fundado sobre o princípio do reconhecimento e respeito da dignidade de todo ser humano e sobre a primazia do bem comum. O que significa ter como objetivo político e econômico: a garantia e a promoção de todos os direitos para todos (e para todas).

O primeiro ponto de um programa político, especialmente de política econômica será proclamar e manter como prioridade das prioridades o social: a luta contra a fome, contra o desemprego, e garantir o direito à habitação, à saúde e à educação.

U
B
E
V
P
O
C

Esse programa social, especialmente a luta contra a fome e o desemprego, não deve ser entendido em termos de assistencialismo, ficando em simples campanhas de levantamento de recursos para algumas ações de socorro e beneficência. Essas campanhas devem despertar a opinião pública e levar a um programa prioritário de proteção social, de defesa e garantia efetiva dos direitos sociais. No centro, estarão a busca prioritária do pleno emprego e a participação consciente, ativa e organizada dos trabalhadores.

Essas medidas sociais estão longe de excluir a importância de uma política econômica de desenvolvimento. Muito pelo contrário, elas só serão possíveis e viáveis dentro de um processo de desenvolvimento integral e harmonioso, autônomo e solidário com todos os países, a começar pela América Latina e o Caribe.

Esse desenvolvimento será portanto global, estimulando e conciliando de maneira conjunta esses grandes setores da vida econômica e social:

- Aumento e aprimoramento da produtividade do trabalho nacional, graças à assistência e a formação assegurada aos trabalhadores.
- Integração da agricultura ao processo de desenvolvimento, através de uma reforma agrária, ampla, profunda, baseada em uma tecnologia apropriada e em processo de educação libertadora.
- Desenvolver o mercado interno, ao mesmo tempo que se abre a economia ao mercado externo. Esse desenvolvimento já será ajudado pela aplicação das medidas anteriores. Mas deve ser promovido pelo estímulo dado à importação seletiva do que é de consumo duradouro e sobretudo produtivo.
- O ampliação do poder aquisitivo do povo, junto com o aumento da

produtividade do trabalho qualificado e com as medidas que favorecem o desenvolvimento interno industrial e agrícola, esse conjunto de medidas deve preparar e acompanhar a abertura de nossa economia ao capital estrangeiro.

Não se deve ceder à demagogia de querer atrair os capitais estrangeiros através de promessas ou de garantias de tudo lhes entregar e de tudo lhes facilitar. As verdadeiras vantagens, até para esses capitais, é que o país, a breve e a longo prazo, se desenvolva, aumente seu mercado interno, e goze de verdadeira paz social, fundada na repartição justa e harmoniosa dos lucros e vantagens econômicas, sociais e culturais.

Portanto, cidadãos e cidadãos, organizai-vos.

A ética social, sobretudo inspirada no Evangelho se torna hoje mais exigente e também mais estimulante. Ela só será eficaz, na medida que age e intervém nessa sociedade tecnológica e informatizada. A justiça social, nisso Hayek tem razão, não pode ser tribal nem andar por aí com os ares dos velhos tempos. Ela pede com a maior das insistências que cidadãos e cidadãos analisem os diferentes sistemas que aí estão, aliás dizem todos eles, "a nosso serviço". E comecem pela pergunta muito simples: como é que eu estou, como é que nós estamos, dentro dos sistemas de comunicação, de educação, de política, de economia?

Não se deixe cair o que dizia o grande cristão e o grande economista François Perroux: *Toda família, toda sociedade mesmo de beneficência, toda casa religiosa é uma unidade econômica.* Mas em geral é uma "unidade passiva". Ela deve fazer sentir e influir no sistema econômico os valores éticos e espirituais que as animam. Como? Tornando-se "unidades

ativas",¹⁰ pesando e contando pelo menos como consumidoras organizadas, conscientes, firme e amavelmente exigentes.

Finalmente, tudo depende da consciência e da mobilização políticas.

Desmobilizar não é apenas uma palavra de ordem que cai lá de cima, vindo dos comandos neoliberais. Desmobilizar, desmoralizar, desacreditar toda militância sindical, popular, política, cultural, é uma tendência parcialmente inata do sistema liberal e fortemente cultivada pelo chamado sistema neoliberal. As ideologias morreram. Viva a (única) ideologia dominante. Tudo isso vai muito bem com o consumismo de uma sociedade que adora o luxo importado e deixa vegetar ou perecer na miséria milhões de compatriotas, por sinal maravilhosamente humanos.

As forças políticas, apoiadas pela mídia, se mostram resolvidas a optar pelo "*desenvolvimento dependente*." Tudo apostam nas privatizações, em busca de recursos para os planos ou os simples gastos do governo. Contam como certo que os in-

vestimentos estrangeiros vão transformar esse país num tigre ou numa oncinha tropical. Abatidas as barreiras constitucionais, enfraquecidas as resistências e reivindicações sindicais, será bem mais difícil encontrar meios jurídicos e políticos para joeirar o que aí vem, para acolher em boas condições o capital produtivo e se preservar da sucção do capital especulativo.

No imediato, tudo depende da mobilização política e econômica de nosso povo.

Ao mesmo tempo, ele há de se organizar para assumir democraticamente os seus destinos. A reforma do sistema eleitoral e a educação cívica são tarefas mais do que urgentes. Elas condicionam certamente a viabilidade de uma política econômica visando o desenvolvimento aberto à promoção de todos os direitos, especialmente do direito ao trabalho para todos.

O futuro de nosso país e da humanidade está suspenso a essa aliança da justiça e da liberdade, que se há de enraizar e crescer no coração do povo. É o maravilhoso e rude caminho rumo à "*civilização do amor*" (João Paulo II).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Quais são os principais encontros e desencontros históricos da moral social e da economia? Quais deles interpelam mais fortemente a Vida Religiosa hoje?
2. Discuta em comunidade os princípios e valores básicos de uma ética econômica e as principais exigências de ordem prática que decorrem desses princípios e valores.
3. Como levar à prática, no contexto de sua comunidade, uma estratégia ética que inclua modelos e projetos de ação?

10. Sobre o tema geral do "desenvolvimento dependente," ver François PERROUX: *Dialogue des monopoles et des nations. "Équilibre" ou dynamique des unités actives*, Presses Universitaires de Grenoble (França), 1982. Sobre as "unidades ativas", p 33-44; 288- 293.

Presença Solidária e Formação Inicial

IR. AFONSO MURAD, MARISTA

É comum ouvir, hoje em dia, reclamações a respeito dos vocacionados e jovens religiosos(as), lamentando que grande parte da nova geração se mostra apática ao mundo dos pobres, ou quer explicitamente fugir dele. Se, nas décadas passadas, encontrávamos jovens militantes, idealistas quanto à mudança da sociedade, essa proporção parece reduzir a cada dia. Mas, se alguém se põe a ouvir a juventude da Vida Religiosa, encontrará o reverso da medalha: as críticas ao enriquecimento dos Institutos e falta de estímulo para se engajar com os pobres. E há

muitos aspectos que não dependem somente do(a) jovem, mas também das estruturas da Vida Religiosa. O nosso jeito de ser e de organizar a vida parece não favorecer um crescente compromisso com os pobres, e ainda ajuda a desenvolver as tendências à comodidade e ao aburguesamento nas gerações jovens. Por isso, a solidariedade, para ser efetiva no processo de formação inicial, deve impregnar as comunidades formadoras e também ser um processo visível na Província ou Instituto. Vejamos a questão, do mais amplo ao particular.

1. A SOLIDARIEDADE NA REFUNDAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA

Recentes Capítulos Gerais de vários Institutos fizeram um apelo a suas respectivas províncias, comunidades e religiosos(as), para uma maior vivência da solidariedade. Não se trata de algo opcional, mas central para o processo de revitalização e refundação. As últimas assembleias da CLAR e da CRB vão na mesma linha, utilizando o termo "presença solidária". Portanto, ao mesmo tempo que é algo específico de cada Instituto, a solidariedade é uma tarefa atual para todos os religiosos, especialmente no continente latino-americano.

A "presença solidária" ou "solidariedade" é um destaque da opção preferencial pelos pobres. Enquanto presença, implica proximidade significativa, através de um estilo de vida e do exercício da missão, com seus destinatários privilegiados. Enquanto solidária, traduz uma atitude-compromisso de tomar parte no destino comum da humanidade, especialmente dos pobres e excluídos, à qual nos sentimos responsáveis.

A presença solidária diz respeito a todos os consagrados, mas é vivida em intensidade e forma diferenciada. Cada

C O N V E R S I O E S

um é chamado a dar sua contribuição. Alguns se dedicam a ações assistenciais ocasionais ou contínuas, em vista de amenizar a situação de pobreza, como campanhas para arrecadar e distribuir alimentos e medicamentos. Há os que fazem, de tempos em tempos, estágios de imersão e convivência com os pobres, para manter aguçada sua sensibilidade e espírito solidário. Outros se comprometem com projetos comunitários de acolher, valorizar e humanizar grupos excluídos, como meninos de rua ou prostitutas. Há ainda os que se empenham em processos de organização e educação popular, visando suscitar, acompanhar e formar lideranças envolvidas com a transformação social. Por fim outros ensaiam formas de solidariedade entre grupos populares e de classe média, com a partilha do conhecimento técnico-científico e da sabedoria de vida. Cada um contribui como pode, ensina e aprende. Os pobres recebem de nós e também são nossos mestres. As diferentes formas de presença solidária devem expressar uma atitude de solidariedade, uma sensibilidade humana e religiosa, que é muito mais do que um "fazer".

Se existem muitas formas de exercitar a presença solidária, em nível pessoal, comunitário e institucional, há maneiras de realizá-la com mais qualidade e em sintonia com os "Sinais dos Tempos". Nos últimos trinta anos, a Vida Religiosa na América Latina ensaiou formas originais de presença solidária, especialmente por meio das comunidades inseridas. Embora elas não sejam a única alternativa, apresentam traços marcantes e admiráveis. Por exemplo: a atitude humilde de aprender com os pobres, uma metodologia que considera o povo como protagonista de sua história e a volta a um padrão de vida simples e despojado, centrado no essencial.

O compromisso com pobres e excluídos é um sinal inequívoco da caridade, que está na raiz da nossa consagração religiosa. Respondemos, por amor a Deus, a um gritante apelo que ecoa nos quatro cantos da terra. Por toda a parte cresce o número de pessoas submetidas a vários tipos de marginalização, pobreza e desesperança. A lista é interminável: meninos de rua, prostituídos(as), drogados, desempregados, população sem casa e sem terra, gangs juvenis violentas, etc. Quem será para eles o sinal vivo da misericórdia de Deus, da bondade do Pai, da ação de Jesus, que acolhe, cura e salva? Os religiosos(as), devido ao seu compromisso público explícito de seguir radicalmente a Jesus, pela vivência dos votos, sentem ecoar no seu coração, com mais intensidade, os clamores do sofrimento humano. Nessa virada de milênio, o grito de desesperança é tão forte, que nos arrasta. Não importa se a nossa presença solidária dará grandes resultados, se será eficaz. Quem atua com grupos de excluídos, aprende que a fragilidade humana é muito grande. Um longo e custoso investimento pode trazer um retorno aparentemente pequeno. Embora todos queiramos bons frutos, agimos por um amor gratuito, que vem de Deus e para Ele retorna.

A presença solidária com os pobres e excluídos faz um bem enorme aos religiosos(as). Redescobrimos a beleza de nossa vocação, experimentamos a cruz e a ressurreição de Cristo na miséria, na fraqueza e na força dos pobres. Provamos a mesma intuição que moveu nossos fundadores(as). Sentimos o fogo que queimava no seu peito, a generosidade que os fez abrir novas frentes de espiritualidade e ação na Igreja e na sociedade. Renovamos nossa vocação e atualizamos o carisma do fundador(a). Portanto, a presença solidária é uma

indispensável dimensão da refundação da Vida Religiosa.

Os vocacionados e formandos precisam ver, sentir e perceber que existe na sua província e Instituto um real interes-

se em intensificar a presença solidária. Mesmo que haja muitos consagrados(as) e comunidades alheias ao grito dos empobrecidos, faz-se necessário um movimento de conversão, de desinstalação.

2. ESTILO DE VIDA E PRESENÇA SOLIDÁRIA

Os jovens são muito sensíveis ao estilo de vida das nossas comunidades religiosas, bem como à forma como os consagrados(as) lidam com o uso dos bens pessoais. E há uma relação estreita entre a chamada "pobreza pessoal" e a presença solidária. A proximidade com os pobres nos ajuda a resistir ao fascínio das coisas, do luxo, da comodidade, e a buscar no Senhor o único tesouro.

O tema da pobreza pessoal é como um labirinto sem saída. Quanto mais se entra, mais se enreda. Vale aqui somente pontuar algo: o nível de consumo pessoal e de estilo de vida de cada religioso(a) está condicionado pela sua missão. É normal que um(a) inserido(a) tenha um padrão de vida muito mais simples e despojado do que um professor(a) universitário(a). O segundo(a), em muitos casos, necessita de carro, computador, muitos livros, roupas sociais, etc. Mas, em todos os casos, há limites, exigidos pela nossa condição de consagrados, com voto de pobreza.

Antigamente se dizia que a Vida Religiosa era uma forma de "fugir do mundo". A expressão evoca hoje um estilo de vida anacrônico: isolamento da sociedade e fechamento em relação às questões humanas emergentes. Mais feliz é a expressão joanina "estar no mundo sem ser do mundo" (cf. Jo 17,14-18). Ela traduz uma tensão permanente de envolvimento e distância crítica. Sabemos que a palavra "mundo" tem, no quarto evangelho, muitos sentidos e conotações. O mundo é o espaço onde

ressoa e se encarna a palavra (Jo 1,9; 17,11), a sociedade humana e suas culturas. O mundo também significa a instância "mundana" que se recusa a acolher a luz do Verbo Encarnado (Jo 1,9-11; 17,14) e lhe faz oposição.

"Estar" é situação, "ser" diz relação de origem. Embora estejamos no mundo, não temos a raiz e o fundamento de nossa existência cristã no mundo. E isso vale para toda vida cristã, não só para a Vida Religiosa. Esta, num determinado momento histórico, expressou de forma aguda a tensão de toda a vida cristã através da *"fuga mundi"* (fuga do mundo). Quem sabe, a mesma radicalidade da *"fuga mundi"* seria melhor expressada em um colocar-se do lado dos pobres e perto deles. Pois são aqueles que o mundo expulsou (os excluídos). Ir atrás deles é uma forma atualizada de "fugir do mundo", do mundo estruturado no pecado que cria pobres.

A presença solidária com os pobres e excluídos está intimamente relacionada com a maneira como nós, religiosos(as), nos relacionamos com o mundo. Trata-se de um equilíbrio dinâmico, que supera os extremos de "estar fora do mundo" ou de "estar demais no mundo".

a. Estar "fora do mundo"

Algumas comunidades, províncias e Institutos se movem ainda num horizonte de distanciamento em relação ao mundo, à sociedade humana atual e suas conquistas. Vamos ilustrar com pequenos fatos, aparentemente irrelevantes,

mas que deixam transparecer uma postura de fundo mais séria.

É fundamental para refundar nossos Institutos que cultivemos pessoas autônomas, livres, donas de suas decisões. Pessoas que estão na Vida Religiosa porque têm um grande ideal, não por falta de opções. Naturalmente, não estamos prontos, mas a vida deve ajudar-nos a alcançar uma crescente maturidade, na qual a individualidade cresce em relação dinâmica com a comunidade. No entanto, presencia-se ainda na Vida Religiosa uma forma infantil de tratar as pessoas. Por exemplo: durante um curso para religiosos(as) e leigos, saímos uma noite, para tomar sorvete e conversar. Algumas religiosas, que trabalhavam em escola católica do seu Instituto, estavam constrangidas. Não tinham consigo nenhum centavo, pois a Superiora da Comunidade distribuía o dinheiro de forma muito comedida e controlada. Há casos ainda mais questionantes, como o de religiosos que condicionam suas atitudes e decisões pessoais no uso de bens à "permissão do superior" e não à conveniência e à coerência com sua opção de vida. Isso não seria "estar fora do mundo"?

Certa vez, uma jovem vocacionada, catequista e líder do grupo de jovem, passou alguns dias numa comunidade de Irmãs e saiu de lá decepcionada: "Essas Irmãs são boazinhas, e rezam muito. Mas passam grande parte de seu dia cuidando das coisas da casa e da comunidade: lavam roupa, passam, fazem comida, limpam tudo com muito cuidado, rezam e rezam. Eu acho tudo isso bom. Mas não seria melhor que elas se dedicassem mais ao povo, e saíssem mais de casa? Se elas comprassem uma máquina de lavar ou um forno microondas, sobraria mais tempo para evangelizar as crianças e os jovens do bairro, que precisam tanto. Eu não quero me consagrar a Deus para ficar

dentro de casa cuidando só das nossas coisas, como faz a minha mãe. Eu pensava em ser religiosa para servir às pessoas, não para ficar longe delas". Embora o caso possa levar ao atrelamento da Vida Religiosa à prática pastoral, não considerando as diversas formas de consagração, tem elementos que nos fazem pensar...

Algumas comunidades religiosas apresentam um estilo de vida pessoal, comunitário e Institucional simples e frugal. Isso é admirável. Mas, em vários casos, ele não é visível, pois as pessoas estão fechadas nas suas obras e nas suas clausuras. *É um testemunho sem presença*, como uma luz acesa debaixo da cama. Ninguém a vê e essa luz não brilha no mundo, para iluminar as trevas (Mt 5,15s). Muitas vezes, é uma pobreza pessoal que pesa nos ombros, pois as pessoas trabalham muito para se sustentarem e manterem as obras. Estranhamente, essa pobreza pessoal e comunitária não se traduz em presença solidária com os pobres e excluídos, porque está longe do mundo deles. Os(as) religiosos são pessoal e comunitariamente pobres, mas estão longe do mundo dos pobres.

Certa vez, uma Irmã de 60 anos de idade aceitou o convite para fazer parte de uma comunidade de missão e inserção, em uma região muito pobre, no interior. Até então ela só tinha atuado em escolas e na formação. Seu horizonte se limitava à comunidade religiosa e aos adolescentes urbanos de classe média de cidade. Ela sofreu um pouco para se adaptar às novas condições. Mas felizmente levou consigo a simplicidade, a piedade, a pobreza pessoal e o desapego, que havia cultivado num modelo tradicional de Vida Religiosa. O contato próximo com a população pobre lhe abriu horizontes humanos, políticos e espirituais. Ao mesmo tempo, ela pôde mostrar ao povo sua beleza escondida.

Hoje, essa mulher é um sinal de Deus para a gente sofrida daquela região.

A refundação exige superar o esquema tradicional da Vida Religiosa de estar “fora do mundo”. Isso comporta, entre outras coisas, acolher algumas conquistas da modernidade, como a autonomia pessoal, lidar com dinheiro, utilizar utensílios modernos e adotar processos gerenciais adequados para as obras. Implica também um “estar no mundo dos pobres”, próximo a eles, para deles aprender e ser um sinal de alegria, esperança, consolo e fé.

b. Estar no mundo sem ser mundano

Uma parcela da Vida Religiosa, especialmente a masculina, entrou de cheio na lógica de modernidade. Aderiu acriticamente aos princípios do capitalismo neoliberal. Essa condescendência com o “mundo mundano” compromete seriamente o destino de alguns Institutos. O lado sombrio da lógica da modernidade penetra nas pessoas, através de um individualismo exacerbado. As pessoas cultivam demasiadamente os gostos pessoais, as suas opções profissionais, a realização própria, a autonomia, sem o contraponto da vida espiritual e da relação com os outros. Usa-se o dinheiro sem limites, para responder ao desenfreado desejo de consumo. A frugalidade e simplicidade dá lugar à sofisticação, que aparece nas roupas de griffe, nas idas a restaurantes de luxo e visitas constantes aos Shoppings. Em casa, comidas para todos os gostos pessoais, até os mais exóticos.

Quando se entra nesse mundo, coloca-se à disposição, para tornar a vida mais cômoda e agradável, toda a parafernália moderna, como excelentes veículos importados, alimento congelado e forno de microondas, ar condicionado, etc. Na sala da reunião comunitária reina a TV a

Cabo, com uma infinidade de opções de programas. Os religiosos passam longas horas de suas noites e fins de semana diante da televisão. Justificam que estão cansados pelo trabalho estressante e merecem lazer. Não lhes sobra tempo para se dedicar aos pobres e excluídos.

Nas obras dos religiosos, predomina a lógica neoliberal. As exigências do mercado fazem que a gente entre “de cabeça” na competição. É preciso ser o melhor, a qualquer custo, ou então perderemos o público. As relações pessoais são sacrificadas pela objetividade necessária aos processos gerenciais eficazes. À frente das obras são colocados religiosos ou leigos, sempre preocupados e estressados, pois o ritmo de vida da modernidade não permite falhas, perdas ou fracassos. O sorriso é dispensável, a exigência, não. Nessa perspectiva, não há sequer tempo ou energia para os pobres e excluídos. As tarefas cotidianas nos consomem completamente.

O enriquecimento e a crescente sofisticação do padrão de vida, notável em alguns grandes Institutos, é o começo de sua lenta e gradual morte. Não serve para *refundar*, mas sim para *afundar*. Tornamo-nos como um Titanic, potentes e fortes financeiramente, mas com o lastro rachado, por onde os anti-valores mundanos penetram e nos levam a pique.

A Vida Religiosa é chamada a manter uma tensão permanente: “*estar no mundo*” sem ceder aos mecanismos mundanos, que a distanciam do núcleo do evangelho, da intuição e do carisma de seus fundadores, e dos pobres, os preferidos do Senhor. É possível (e por vezes necessário) empreender grandes projetos, que implicam enormes investimentos e o domínio da administração moderna, no horizonte do novos areópagos, como a comunicação social, e, ao mesmo tempo, manter a pobreza e a simplicidade.

Trata-se de servir-se de meios cada vez mais complexos para realizar a missão, sem colocar neles sua segurança. Mas nós somos de barro. Os bens, o prestígio, a fama, o poder e o bem-estar nos fasci- nam e nos arrastam. É importante haver nas províncias e nos Institutos uma por-

ção significativa de consagrados que estejam efetivamente junto dos pobres, para lembrar a todos qual é o tesouro verda- deiro (Lc 12,33s). O tesouro que ninguém rouba, e nem bolsa de valores ou conjun- tura do mercado pode corroer. Onde es- tiver nosso tesouro, estará nosso coração!

3. CAMINHOS PARA UMA MAIOR PRESENÇA SOLIDÁRIA

Se a nossa presença solidária com os pobres e excluídos é um elemento vital no processo de refundação, devemos nos lançar com renovado ardor nesse intento, apesar da crise da "opção pelos pobres". Propomos, a título de sugestão, algumas posturas e iniciativas.

a. Ser ousado e arriscar

Refundar a Vida Religiosa é realimen- tar nossa esperança e redescobrir, com novo olhar o tesouro escondido do caris- ma, que deixamos ser enterrado com o tempo (Mt 13,44). Trata-se de trazer à luz o tesouro, deixar que ele brilhe ao sol, e se alegrar com a descoberta. No entanto, só conquista o tesouro escondido quem é capaz de renunciar, de perder, de colo- car tudo a venda, por fidelidade a Deus. Praticamente todos sofremos do mesmo mal: temos muitas iniciativas de traba- lho e muitas comunidades, e pouca gen- te em condições de assumir a missão.

Vários Institutos têm exercitado a desafiadora tarefa de reestruturar e ade- quar suas comunidades e obras ao novo momento histórico. No entanto, esse processo não pode se restringir a uma política medrosa de quem dá ao pacien- te um remedinho, para que ele, aos poucos, vá morrendo. Não é incoeren- te que tenhamos tanta gente empenha- da em pastoral vocacional, formação, direção de obras, administração e go- verno, mas não haja pessoas para estar junto dos pobres e excluídos? Somente

iniciativas ousadas, abraâmicas, de re- nunciar a certas seguranças e arriscar uma "terra nova", que não conhece- mos, poderão salvar-nos do fim e pos- sibilitar uma refundação.

b. Reintegrar os cansados

Nos últimos 25 anos, muitos religio- sos(as) se lançaram em iniciativas de presença solidária com os pobres. Fun- daram-se comunidades inseridas em ci- dades do interior, nas periferias das gran- des cidades e no meio de indígenas. De forma individual ou comunitária, muitos consagrados se dedicaram a suscitar, for- mar e acompanhar lideranças populares, para a Igreja e a sociedade. A crise do final da década de oitenta golpeou as es- peranças. Sonhava-se com uma Igreja mais participativa e comprometida com os pobres, mas em contraposição cres- cem as tendências neoconservadoras e autoritárias. Esperava-se uma nova socie- dade, na qual os pobres seriam os prota- gonistas da mudança estrutural, mas hoje reina o neoliberalismo. Há um descrédi- to em relação à política e os movimentos populares e sindicais estão em refluxo.

A esse afã pela luta eclesial e social, mui- tos consagrados dedicaram integralmente anos de suas vidas. Hoje estão cansados e se perguntam se valeu a pena tanto esfor- ço. Uns permanecem entrincheirados em suas posições, talvez já anacrônicas. Ou- tros, estão perplexos. Outros ainda buscam redimensionar sua opção. Todos eles me-

recem, de seus Institutos, reconhecimento e gratidão. Necessitam do carinho de seus coirmãos e coirmãs. Apesar da mudança dos tempos, os sinais proféticos permanecem. As sementes da bondade e da solidariedade que lançamos têm sabor de eternidade, mesmo que o fracasso pareça destruir sua vitalidade. Acolher, valorizar e reintegrar os cansados é tarefa urgente.

c. Repensar a presença solidária em novos paradigmas

Os militantes eclesiais e sociais das décadas passadas eram pessoas muito dedicadas. Mas a premência da questão social, tão intensa, em muitos casos chegou a devorar outros aspectos da vida. Para quem os viam de fora, os religiosos engajados com os pobres, numa perspectiva de mudança social, pareciam seres humanos radicais em suas posições, ativistas, apressados, com espiritualidade fraca. Na verdade, não havia cuidado em cultivar outros valores humanos e da Vida Religiosa.

Hoje, a perspectiva mudou. Qualquer forma de presença junto dos pobres e excluídos leva em conta muitos elementos, além da eficácia da atuação concreta. Valoriza-se a gratuidade e a intensidade da experiência mística, como o fundamento da presença solidária. Dá-se mais atenção aos momentos de Vida Comunitária, como espaço de alimento das relações. Considera-se a subjetividade do consagrado, como uma pessoa humana, com sua história, relações afetivas, corporeidade e gênero. Busca-se uma vida mais saudável, com alimentação equilibrada e momentos de lazer. Tudo isso configura uma nova forma de presença solidária, mais integrada, rica e diversificada.

d. Tornar significativas as iniciativas existentes

Felizmente, em muitas províncias, há pessoas e comunidades que atuam e vi-

vem com pobres e excluídos. Ultimamente, surgiram novas formas de presença com os excluídos, como jovens drogados, população de rua, grupos de sem-casa e sem-terra. No entanto, várias dessas experiências não têm a capacidade de mobilizar e sensibilizar os outros consagrados(as). Permanecem como uma ilha, para a qual se dirigem somente os sonhadores, por desejo próprio, ou os obedientes, por vontade dos superiores. Nesse contexto, deve-se criar e manter uma dinâmica, para que todos possam conhecer e se manter a par dessas iniciativas.

Faz-se necessário divulgá-las através de notícias escritas e de vídeo. Pode-se organizar também atividades esporádicas, a fim de que os formandos, outros religiosos e leigos conheçam a experiência e se entusiasmem por ela. O que está longe dos olhos também está distante do coração. Aproximar-se do que já existe é fundamental. Além disso, o governo da província ou do Instituto deve acompanhar de perto essas experiências, para colher junto delas o que se está recriando em termos de Vida Comunitária, Oração, vivência dos votos e do carisma. Trata-se de, a partir da prática, identificar os traços da refundação.

e. Investir em novas formas de constituir comunidades e iniciativas apostólicas

Acontece, não raras vezes, que há desejo do governo provincial em iniciar algo mais radical com os pobres e excluídos, mas não se encontra número suficiente de religiosos(as) para fazê-lo. Aqui se mesclam questões distintas, a de constituir comunidades religiosas e a de coordenar iniciativas concretas, como escolas, creches, núcleos de saúde popular, etc. Quanto à constituição de comunidades, já há algumas experiências bem sucedidas de comunidades religiosas in-

Elementos do espírito mundano de individualismo, consumismo e superficialidade contaminam as novas gerações, ao entrar na Vida Religiosa ou nos primeiros anos de sua formação. Alguns jovens, provindos de ambiente popular suburbano, buscam na Vida Religiosa uma forma de ascensão social. Chegam a afirmar claramente: *"Eu era pobre quando entrei aqui. Agora não quero mais saber de pobreza"*. Não alimentam simpatia pelas comunidades de inserção. Preferem ambientes pastorais mais "lights" do que as desafiadoras situações de pobreza e exclusão social. Estabelecem uma relação ambígua e incoerente com a Instituição religiosa. Claramente criticam empreendimentos grandiosos ou manifestações de riqueza, mas aderem a elas com facilidade. A pessoa que fez comentários negativos sobre o carro importado do Provincial, buscará ter acesso a um veículo semelhante, logo que lhe for possível.

O problema se radica tanto nos jovens como nas Instituições religiosas. Da parte deles, diminuiu o número dos que entram na Vida Religiosa visando uma opção radical de pobreza. A busca de segurança e melhor padrão de vida motiva, consciente ou inconscientemente, boa parte dos atuais vocacionados e formandos. Mas, da parte dos Institutos, a comodidade, a riqueza dos bens disponíveis e o contra-testemunho de vários religiosos e suas comunidades ajudam a desenvolver esse lado sombrio dos jovens. E aí nos defrontamos com um grande desafio para a formação à presença solidária.

Na Vida Religiosa masculina, a grande parte dos Institutos, de natureza clerical, tem uma formação longa, que inclui a filosofia e a teologia. Com o argumento, em si correto, de que o jovem religioso deve ter as condições básicas para se

preparar bem para o ministério sacerdotal, oferece-se uma estrutura cômoda, na qual todas as necessidades básicas são asseguradas. Jovens religiosos engomados (alguns, embatinados), extremamente exigentes quanto à alimentação, às roupas e material de consumo pessoal, dificilmente contribuirão para a refundação do seu Instituto. Eles criticam somente as estruturas que atrapalham o livre curso da satisfação de seus desejos. Estão preocupados, em primeiro lugar, com sua realização pessoal. Almejam sobretudo conquistar o diploma de filosofia, de forma a gozar de reconhecimento social e garantir uma chance no mercado de trabalho. Não têm noção de limites. Tudo vale, desde que o indivíduo se sinta bem.

Um setor significativo da Vida Religiosa feminina já descobriu algumas alternativas para formar as jovens religiosas à pobreza pessoal. As casas de formação têm estrutura familiar e estão situadas em bairros populares. Dispõe-se somente dos bens necessários, dispensando-se o supérfluo. Em várias etapas, a jovem contribui com seu trabalho no sustento da comunidade. Sabe o preço e o valor das coisas. O orçamento da comunidade é feito em conjunto. A cada mês deve-se calcular o que gastar e como. Dessa forma, a formanda tem noção dos limites (do ponto de vista econômico) que a sua condição de religiosa pressupõe.

b. A sensibilidade social

O outro lado do espírito de solidariedade, que necessita igualmente ser cultivado nas casas de formação, é a *sensibilidade social* aos jovens e crianças pobres. Essa sensibilidade, que parte do coração, não se aprende em primeiro lugar com leituras e belos discursos dos formadores, mas fundamentalmente com a proximidade física. Entra pelos sentidos: ver, ouvir, sentir, tocar, cheirar.

Formar para a solidariedade exige, em primeiro lugar, que a gente propicie ocasiões para que os jovens estejam próximos aos pobres e excluídos. Diz um ditado popular: *"perto dos olhos, perto do coração"*. Naturalmente, essa presença deve ser limitada, pois o formando não é um religioso de vida ativa. Mas ela tem que ser significativa. O jovem religioso(a) não só deve atuar para os pobres, mas estar com eles, escutá-los, sentir a dureza de sua vida, descobrir sua riqueza pessoal e suas misérias, sua força e sua fraqueza. Essa presença traz ricos elementos para a oração pessoal e comunitária, e para o projeto de consagração e missão no seu Instituto.

O testemunho do formador tem enorme contribuição na formação à solidariedade. Se ele demonstra simplicidade pessoal, amor e sensibilidade aos pobres e consciência social, e reserva algo de seu tempo para estar com jovens e crianças pobres, isso dirá muito aos jovens formandos.

c. Algumas inicitivas

É necessário cultivar um clima comunitário de simplicidade de estilo de vida, que se traduz nos bens da casa, na alimentação, nos veículos, etc. E ainda, é preciso refletir sobre as questões sociais e suas causas. Em suma, uma formação da cidadania deve constituir um elemento indispensável para os vocacionados e jovens religiosos. Deixamos aqui algumas sugestões para im-

plementar o espírito de solidariedade na formação inicial:

- Incluir nos planos de formação provincial e de cada etapa a formação à solidariedade, com as atividades correspondentes.
- Conforme o específico de cada etapa, oportunizar maior contato dos formandos com os pobres. Tanto a presença contínua, em fins de semana, como a esporádica, através de estágios missionários nas férias e semana santa. Para evitar que se transforme em folclore ou ativismo, estabelecer um projeto com objetivos claros. Avaliar o evento, refletir sobre a experiência e rezar a partir dela.
- Proporcionar aos vocacionados e jovens religiosos, em férias ou durante o ano, o contato com pessoas e comunidades engajadas com os empobrecidos, para suscitar neles o desejo de futuramente se empenharem nelas.
- Oferecer aos noviços e junioristas a possibilidade de conhecer experiências de solidariedade de outras congregações religiosas (comunidades e obras).
- Abrir espaço para refletir sobre os critérios que nos movem, ao termos que optar por determinados bens pessoais e comunitários. O espírito de pobreza e solidariedade não é criado por decreto, de cima para baixo, mas com a máxima participação e envolvimento dos vocacionados e formandos.

CONCLUSÃO: ANDAR DEPRESSA, ANTES QUE SEJA TARDE

O Superior Geral dos Irmãos Maristas, Ir. Benito Arbués, cunhou uma expressão feliz, para impulsionar-nos no atual momento histórico. Ele diz que *"é preciso caminhar em paz, mas depressa"*. Se esperarmos muito, será cada vez mais

difícil promover qualquer tarefa de re-fundação. Já estaremos demasiadamente envelhecidos. Se demormos demais para nos lançar em direção aos pobres e excluídos, será tarde. O espírito mundano e a comodidade terão criado raízes

profundas nas pessoas e comunidades e nos manterão imobilizados.

Ainda é tempo. Não vivemos momentos eufóricos em relação aos pobres e excluídos. Ao contrário. Pouca coisa parece nos atrair para eles. A não ser o

desejo de escutar um clamor, que vem do próprio Deus. E isso é suficiente. E seguramente, a formação inicial não somente se beneficiará desse caminho de conversão, mas ela mesma deverá sofrer modificações.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que ressonância encontram em sua comunidade os questionamentos que as jovens e os jovens religiosos fazem ao estilo de vida das comunidades religiosas em relação com a pobreza e a presença solidária da Vida Religiosa?
 2. Que coisas precisam ser revistas e mudadas na prática das comunidades para que ganhe mais autenticidade o discurso dessas comunidades sobre a opção preferencial pelos pobres e a solidariedade?
 3. No contexto da sua comunidade e/ou província, quais os caminhos para uma presença solidária mais efetiva são mais importantes e mais urgentes? Que fazer para levá-los à prática?
-

Uma Leitura Contemplativa do Quarto Canto do Servo de Javé (Is 52,13-53,12)

Um itinerário de esperança diante do escândalo do sofrimento e da dor

PE. FERNANDO ARROCHA DUARTE, SJ

INTRODUÇÃO

Toda a Bíblia dá testemunho de como a fé de Israel buscou, em cada situação de aperto e de crise, uma saída em direção à amplidão e pistas de sentido. Ela nos oferece "um itinerário", que é guia e apoio para quem tenta abarcar, a partir da fragilidade de sua condição humana, o mistério do mal e da dor. Até chegar a Jesus, esse itinerário não é definitivo nem absoluto, e o que nos é oferecido é o resultado de muitas tentativas de resposta para enquadrar o escândalo do sofrimento. Cada explicação vai revelando-se como insuficiente: se a dor é a retribuição merecida pelos ímpios, por que eles vivem tão bem? Se é uma consequência da infidelidade à aliança, por que atinge também aos justos? Se é uma pena medicinal que Deus envia como castigo pelo pecado dos dirigentes do povo, por que sofrem mais diretamente seus efeitos o órfão, a viúva e o estrangeiro?

Porém, mais do que interpretações teóricas, o que na Bíblia encontramos são as reações de fé de homens e mulheres confrontados com a dor. Os gritos de Agar

no deserto, o clamor de Israel no Egito, o silêncio estremeado do último Jó, a resistência atormentada de Jeremias, a segurança em Deus do justo perseguido dos salmos, os raciocínios teológicos do Deuterônimo, o escapismo cético do Eclesiastes ou a fé obstinada de Habacuc, proclamando sua confiança apesar de toda desgraça: tudo isso é proposto hoje para nossos desertos, opressões, rebeldias, perseguições, desencantos e desesperanças como a pequena luz de um candeeiro na qual podemos acender o nosso.

O anúncio exultante da Ressurreição de Jesus como vitória definitiva sobre o mal e a morte é o final de um longo caminho de intuições e de buscas, de experiências ainda obscuras de um Deus que está a favor de seu povo, não como este o teria esperado, mas sim através de caminhos estranhos, de uma ação misteriosa diante da qual cabe apenas confiar.

A prova do Exílio afundou Israel na pior de suas crises, e nenhuma das explicações revelou-se suficiente para compreender o desastre. Junto aos canais da

Babilônia somente parecia ter sentido lamentar-se amargamente recordando Sião. Mas no horizonte fechado do deserto, a voz do profeta que encontramos no "*Livro da Consolação*" (Isaías 40-55) abre uma perspectiva nova diante da comunidade desalentada. O esforço da longa meditação que Israel vinha fazendo sobre o sentido do sofrimento dá fruto na figura do *Servo*.

A leitura dos Quatro Cantos, difícil e ambígua em muitos momentos, deixamos, num primeiro nível de aproximação, com mais perguntas, surgindo as controvérsias sobre a extensão dos cantos, seu autor, as ampliações do texto original, a relação com o contexto e, mais que tudo, sobre a identidade do *Servo*. Seus traços são régios, sacerdotais, sapienciais ou proféticos...? É uma profecia messiânica? É um personagem

coletivo ou individual? As propostas dos partidários da segunda opinião são múltiplas: Moisés, Jó, Isaías, Ezequiel, Jeremias, Josias, Jeconias, Zorobabel...

Não vou debater este tipo de questões, que no fundo são secundárias: dir-se-ia que o texto é *propositalmente ambíguo*, e uma maneira de "obedecer-lhe" pode ser dirigir a atenção para outros níveis de leitura e aceitar com simplicidade a resposta de Filipe ao eunuco quando "*partindo deste texto da Escritura, deu-lhe a boa notícia de Jesus*" (Atos 8,35).

Vamos ler o *Quarto Canto* (Is 52,13-53,12) primeiro atentamente, depois, contemplativamente; far-lhe-emos perguntas e também nos deixaremos interrogar por ele; trataremos de captar seu movimento, mas para deixar que seja ele que, finalmente, nos conduza.

LEITURA DO TEXTO

1. Ver o contexto

É necessário prestar atenção ao contexto dos outros cantos e a como aparece neles a *figura do Servo*:

Primeiro canto (Is 42,1-9): é, antes de tudo, um mensageiro que é enviado não apenas para falar, mas para agir: deverá "*abrir o olhos dos cegos e tirar os cativos da prisão*". Sua ação está de acordo com a mensagem que anuncia.

Segundo canto (Is 49,1-6): o *Servo* encontra os primeiros obstáculos, esgota-se e pensa que está esforçando-se em vão. Mas em meio às dificuldades, descobre que o Senhor continua perto dele, e volta a ouvir seu chamado, que o confirma para além de suas primeiras desilusões. Sua palavra e sua ação devem agora chegar além dos limites de Israel: "*Faço-te luz das nações para que minha salvação alcance até os confins da terra*".

Terceiro canto (Is 50,4-9): é o próprio *Servo* quem toma a palavra e narra como suportou a perseguição a que havia sido submetido.

Com certeza, de acordo com os cantos anteriores, o *Servo* é alguém que vive uma qualidade particular de relação com Deus e com o povo. Deve levar a cabo o que Deus lhe confia: não somente a proclamação alegre de uma boa notícia, mas também a "palavra de alento ao abatido", reunião dos dispersos de Jacó, irradiação de uma justiça mais viva em sua pessoa do que anunciada. Por isso, suas palavras, suas atitudes e suas ações estão aí comprometidas. E dessa maneira conseguirá reagrupar o povo do Senhor.

2. Observar o texto

Faremos uma leitura pausada do Quarto Canto (Is 52,13-53,12), usando

como critério de divisão *as pessoas que vão sucessivamente tomando a palavra.*

- a) Em 52,13-15, Deus começa falando, chamando a atenção a seu *Servo*. Anuncia a exaltação de um personagem desfigurado que vai causar assombro e estupefação.
- b) A partir de 53,1-6, toma a palavra um "nós" coral, que parte de uma descrição dos aspectos mais exteriores do *Servo*, chegando até uma reflexão mais profunda sobre o significado de seu sofrimento: eles mesmos estão implicados na sorte do *Servo*.
- c) A partir do v. 7, e até o 10, desaparece o "nós". O desconhecido que fala agora não se vai fixar no *benefício* produzido, mas sim nas *atitudes* do *Servo*, na maneira como vivencia os acontecimentos por dentro.
- d) Em 11b-12, o Senhor toma novamente a palavra, desvelando qual é o significado glorioso da vida e da morte de seu *Servo* e qual a última razão de sua exaltação.

3. Fazer perguntas

Submetamos o texto a uma série de perguntas para analisá-lo e compreendê-lo melhor. As respostas, não exaustivas, permitirão que cada um, pessoalmente, continue dialogando com o texto e encontrando as suas próprias.

O que se diz de Deus em relação ao Servo?

"Carregou sobre ele nossos crimes"; "quis com o sofrimento entregar sua vida em expiação"; dará ao *Servo* "uma multidão como parte"...

O que Deus diz do Servo?

Em futuro: "terá êxito, subirá e crescerá muito"; "verá sua descendência, prolongará seus anos"; "verá a luz"; "saciar-se-á de conhecimento"; "justificará a muitos"...

Em passado: "expôs sua vida à morte"; "carregou com o pecado de muitos e intercedeu pelos pecadores"...

O que outros dizem do Servo?

No nível da aparência: "vimo-lo sem aspecto atraente, desprezado e evitado, homem de dores, acostumado a sofrimentos, desprezado e não estimado"; "leproso, ferido por Deus e humilhado"; "arrancaram-no da terra dos vivos"; "deram-lhe sepultura com os malvados e uma tumba com os malfeitores"...

No nível da realidade: "suportou nossos sofrimentos e carregou com nossas dores"; "foi traspassado por nossas rebeliões, triturado por nossos crimes"; "nosso castigo salvador caiu sobre ele"; "seus crimes nos curaram"; "o Senhor carregou sobre ele todos nossos crimes", "humilhava-se e não abria a boca"...

O que lhe falta?

"Aspecto humano", "figura", "beleza", apreço e estima, defesa, justiça...

Que reações provoca?

"Muitos espantaram-se"; "assombrará muitos povos"; "diante dele os reis fecharão a boca"; diante dele "ocultam-se os rostos"...

Que imagens são usadas para se falar dele?

"Raiz", "broto em terra árida", "leproso", "cordeiro levado ao matadouro", "ovelha que emudece diante do tosquiador"...

O que consegue?

"Verá sua descendência, prolongará seus anos, o que o Senhor quer prosperará por sua mão"; "verá a luz"; "saciar-se-á de conhecimento"; "justificará a muitos"; Deus lhe dará "uma multidão como parte"; "terá como despojo uma multidão".

Que contrastes são sublinhados?

A "multidão" ("muitos"; "muitos povos", "todos", "multidão"...)

Face a um homem só ("...mas ele", expressão constantemente repetida).

A dispersão do “cada um...” face à coesão do “nós”, encontrada graças ao Servo. O desentendimento (“quem me-

ditou sobre seu destino?”) face à solidariedade.

O pecado face à inocência...

OBEDECER À PALAVRA

Por último passaremos da *leitura do texto* à *obediência à Palavra*. Porque a relação com um texto bíblico por parte de quem crê não se esgota nem na informação nem na compreensão, mas antes tem que chegar à **obediência**. Vamos deixar-nos conduzir nas direções para as quais o texto aponta.

* Mais para baixo do parecer

Podemos dizer que encontramos uma insistência clara na dimensão de revelação. Aparecem dois planos na relação com o Servo, quanto à sua condição de “homem de dores”:

— Da **aparência**, que provoca repulsa e rechaço. Carecer de beleza e de aspecto humano é causa de espanto e distanciamento. A conseqüência de vê-lo afundado na dor é julgá-lo de um modo severo seguindo a doutrina tradicional: é alguém ferido por Deus e, portanto, castigado. Pode ser desprezado e evitado.

— Ao longo do discurso, se produz a descida ao nível da **realidade** oculta sob as aparências: o que suporta são “nossos sofrimentos”, dores nossas. O castigo que cai sobre ele, nós o merecíamos, pois são nossos os pecados que pesam sobre ele.

Produz-se uma revelação, e a repulsa dá lugar à atração; a desfiguração converte-se em transfiguração. Confessa-se o insólito e o heterodoxo que rompem com a teologia imperante: apesar de seu sofrimento, *Deus estava do seu lado*, e isso significa algo revolucionário: a fidelidade e a eleição de Deus não se rompem com o sofrimento; e a bên-

ção não implica necessariamente uma vida feliz.

Obedecer à Palavra será, de acordo com isso, aceitar nossa incapacidade para relacionar-nos adequadamente com o sofrimento, nossa necessidade absoluta de acolher uma des-velação de seu mistério. E suspeitar sem demasiados traumas, que sem ela, o mais provável é que nos enganemos também ao olhar na direção dos que são vítimas. Temos mil formas, mais ou menos sutis, de converter-nos em especialistas em evasão e desentendimento, de ocultar o rosto diante dos sofredores, de evitá-los, desprezá-los e justificar teológica (ou econômica, ou socialmente) sua situação.

Por isso, **ser amigos do Servo** e dos que hoje prolongam essa realidade exige chegar a ver neles as conseqüências de nosso pecado (injustiça, inconsciência, covardia, nível de vida...); não será somente fruto de análises sócio-econômicas ou políticas, por mais voluntariosas que sejam. Precisamos ter o ouvido aberto como discípulos para “crer no anúncio”, para escutar o “olhai para o Servo” e dirigir nossos olhos em sua direção, que é sempre para baixo, para as terras áridas onde a vida humana está permanentemente ameaçada.

* Mais próximo do conhecer

Uma segunda revelação é a que nos dá a conhecer a **diferença qualitativa que existe entre o bem e o mal**.

A pessoa dos verbos oscila constantemente entre o plural e o singular; passa de um “nós” (de um coletivo que se reconhece pecador, culpado, merecedor de

U
C
I
A
E
N
C
I
A
E
N
C
I
A
E
N
C
I
A

castigo, indo "cada qual por seu caminho") para um "ele" solitário, o *Servo*, que carrega com o que é dos outros, suporta suas dores, entrega sua vida, intercede por eles. O resultado final: não se impõe a desgraça que os numerosos culpados merecem, cobrindo tudo com a *quantidade* de sua injustiça, mas antes, tudo isso é superado, vencido, "justificado" pela *qualidade* do bem de um só que é justo.

Em Gn 18,16-33, dez justos bastavam para salvar a cidade. Aqui, um só basta para salvar toda a humanidade; o bem pesa sempre mais que o mal, qualquer que seja a *quantidade* deste. Porque a justiça de Deus consiste precisamente no perdão que se dá a todos por causa de um inocente.

Obedecer à Palavra significará, pois, rechaçar como tentação perigosa os pessimismos, desalentos, desânimos e escuridões que tentam cobrir como uma maré tenebrosa de negatividade toda a superfície de nossa percepção da realidade.

Assim, **ser companheiros do *Servo*** implica olhar a realidade próxima a ele e a partir dele, e reconhecer seu rosto em tantos rostos desfigurados; sua entrega até a morte em tantas vidas entregues; sua capacidade de carregar com o que é dos outros em tantos ombros que ainda resistem. Toda essa justiça e essa inocência estão justificando-nos, e nossa humanidade continua tendo Deus do seu lado, porque em seu Filho está vendo a beleza de todos os que se assemelham a ele e são os que continuam curando com suas feridas.

* Para além do fazer

Produz-se um deslocamento do *fazer para o consentir, da atividade para a passividade, da palavra para o silêncio*; e isto tanto no contexto geral de Is 40-55 como nos outros três cantos do *Servo*.

Nos quinze capítulos que compõem o Livro da Consolação, aparecem outros personagens que são enviados, como o *Servo*, a desempenhar uma missão: o *profeta* (40,1-8) e os *mensageiros* (41,27; 48,16; 51,16; 52,7-8...) são *voz e pés*, têm como tarefa consolar, preparar caminhos, gritar, proclamar, dizer, anunciar, animar, exortar à vigilância. E desenvolvem sua tarefa em um clima de entusiasmo e alegria. **Ciro, o rei persa**, é outro instrumento da libertação de Deus (44,28; 45,1-13; 46,11; 48,14...). Recebe o nome de *Servo, ungido e amigo*; Deus o toma pela mão e caminha à frente dele, chama-o pelo seu nome, afirma que "cumprirá seu desejo"... Vimos como, nos outros três cantos, o *Servo* é alguém ativo que deve "ditar alei às nações" (42,1); "fazer justiça lealmente, sem desanimar nem quebrar-se, até implantar na terra o direito" (42,4); tem que "abrir os olhos dos cegos, tirar os presos do calabouço, e do cárcere, os que vivem em trevas" (42,7); ainda que em meio a dificuldades, sente que Javé o ajuda e que ninguém pode condená-lo (50,8-9)...

Tudo mudou no Quarto Canto:

- Aqui o *Servo* já não fala, nem proclama, nem consola, nem anuncia nem anima: realiza o encargo que lhe havia sido confiado, "suportando", "agüentando", "carregando", "traspassado e triturado"...
- O *silêncio* total sucedeu à *palavra* do que não quebrava a cana rachada nem apagava o pavio vacilante.
- "O que agrada ao Senhor" se cumpre, mas não tanto *por ele* quanto *nele* mesmo. Já não *age*, apenas *padecer* as ações de outros.
- O "braço do Senhor", que devia operar um novo êxodo (40,10), intervém agora no destino misterioso do *Servo*; a terra desolada do deserto, que

ia transformar-se em fonte de água (41,18), é o lugar de onde ele agora sai como uma pequena raiz.

— No *Servo sofredor*, a comunidade dispersa deixa-se reunir, e é agora que ela realmente cumpre o encargo que havia recebido e se converte em “luz das nações”, porque lhes consegue a justificação.

Obedecer à Palavra seria aqui, em primeiro lugar, reconhecer que temos muito mais facilidade para “agir como cristãos” do que “para padecer como cristãos”, e que costumamos reagir com estupor e rechaço quando chega o momento de ser despojados, de fracassar, de deixar de ser fortes, ou imprescindíveis, ou com saúde, ou significativos... São paisagens de nossa trajetória humana com as quais quase nunca contamos, mas que sempre temos que atravessar; e a fecundidade do suportar silencioso do *Servo* é um convite a percorrê-las sem perder a esperança nem o sentido.

Ser discípulo do *Servo* significa dedicar todas as nossas energias e nossos recursos à mesma causa a que ele dedicou, mas levando em conta que nossa atividade tem um “mais além”. E, quando chegue esse tempo, saber apoiar nele nossa obscura certeza de que nos fica uma palavra para dizer também a partir do silêncio; de que podemos ganhar quando nos parece estarmos perdendo tudo; e de que, quando já não tenhamos força para outras tarefas, poderá então começar para nós o aprendizado da humilde fraternidade.

* Mais para dentro, no com-padecer

Nossa **obediência** orienta-se em direção ao caminho que conduziu o *Servo* à glorificação. Desde o começo anuncia-se o triunfo de alguém no qual se dá algo “inenarrável e inaudito”, algo

que consegue emudecer e assombrar a todos.

O olhar que, segundo a lógica humana, se dirigia para cima (não vai “subir” e “crescer”?) é obrigado a voltar-se para baixo, para o rés-do-chão, e a contemplar a não-beleza, a não-aparência, a não-figura. Contudo, a transfiguração não se opera na aparência externa, mas sim no segredo que se descobre a partir da atitude interior do *Servo*: “entregou sua vida à morte” e “intercedeu pelos pecadores”.

No final escutamos, portanto, o que era in-audito; somente no final se proclama o in-enarrável: alguém se identificou tanto com seus irmãos que *esvaziou* sua vida na morte por causa deles. Alguém se com-padeceu tanto deles e com eles que carregou todos os seus pesos. Alguém os amou tanto que se inter-pôs, se pôs em seu lugar. E tão poderosa é a força de sua solidariedade que, graças a ela, os culpados ficam livres de sua falta; os pecadores, perdoados; os dispersos se reúnem; e os que julgavam por aparências, agora se aproximam do *Servo*, contemplam-no, reconhecem sua inocência, descobrem e confessam o que antes estava oculto a seus olhos.

Obedecer à Palavra é, sobretudo, aceitar que a qualidade do humano mede-se por sua capacidade de solidariedade. Que o que em alguém hoje e sempre provoca assombro, arrasta e convence não é seu dizer, nem seu fazer, nem seu empreender, nem seu pregar, mas sim sua disposição para vincular sua vida à dos outros, a tomar a carga e encarregar-se e carregar o que os esgota e lhes pesa e lhes impede de ser livres e felizes.

Vimos como nos que contemplam o *Servo* se dá uma “descida de nível” quanto à sua compreensão do significado de sua prova. Somente nesse segundo momento chegam a entender

que sua disposição interna com relação a eles (*"se entregou"*, *"intercedeu"*, diz o texto; *"solidariedade"*, traduzimos nós), que antes não haviam sido capazes de descobrir, era o elemento-chave que explicava tudo. Poderíamos dizer que esse é o elemento unificador entre as etapas anteriores mais "ativas" de sua missão e a que o Quarto Canto descreve. Neste, uma das dimensões de seu *"suportar"* consiste em permanecer fiel em sua vontade de vinculação e de serviço, inclusive quando o mais profundo de suas atitudes em direção aos outros não é reconhecido.

Ser seguidor do Servo pode fazer-nos capazes de suportar tempos de "inclemência relacional" ou apostólica, etapas nas quais acaba sendo impossível entrar em comunicação com aqueles que estamos querendo amar e servir, nas quais não encontramos caminhos para essa *"patência"* que a segurança de estarmos fazendo algo eficaz em seu favor nos dá. A tentação é então o cansaço, a

emigração interior, o recurso à distância ou ao endurecimento para evitar que a ferida da incompreensão, da indiferença ou do não apreço nos alcance.

Mas junto ao *Servo* aprendemos precisamente o contrário: que o amor é fecundo também em suas fases de *"latência"*, e que é então que ele se enraíza e se cimenta e se verifica; que, ainda que acabe sendo uma loucura, é necessário continuar tentando viver abertos e vulneráveis; e que nesse querer, e esperar, e lançar raízes na vontade de entrega, está o caminho escondido pelo qual podemos chegar a *"ver a luz"*, a *"saciar-nos do conhecimento"* e a *"levar a cabo o que Ele quer"*, o que com frequência é o que mais nos convém... Tudo isto está fora do alcance de nossas forças, mas Alguém o viveu antes de nós. E, agora, o princípio e fundamento de nossa vida é responder à graça de ser chamados a **ser amigos, companheiros, discípulos, seguidores do Servo.**

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

Com sua Comunidade, procure recordar as diversas ocasiões de dificuldades em que Deus se manifestou do seu lado.

1. O que fazer para nos relacionar-nos melhor com o sofrimento?
2. Como prestar mais atenção ao Servo? Como evitar a distância e o espanto? Como ser companheiro do Servo? Qual a capacidade de nossa solidariedade?



Objetivo Geral

Sensível aos 'sinais dos tempos', em criatividade fiel ao Evangelho, segundo os carismas fundacionais, em atuação intercongregacional e parceria com leigos e leigas, dentro da comunhão eclesial, A CRB SE PROPÕE A ANIMAR UM PROCESSO DE REFUNDAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA, enraizado na *mística evangélica* que brota da ternura e compaixão de **Deus Pai e Mãe**, vivido em *missão inculturada* sob o dinamismo do **Espírito**, e em *presença solidária* entre os pobres, no seguimento de **Jesus Cristo**, para a transformação social, em vista do Reino

Linhas inspiradoras:

- 1) Espiritualidade integradora de diversas dimensões da vida e geradora de compromisso;
- 2) Experiência de discipulado no processo formativo;
- 3) Diálogo com os diferentes sujeitos culturais;
- 4) Inculturação do ser e da missão da Vida Religiosa;
- 5) Solidariedade cristã nas questões de gênero, etnia, exclusão e meio ambiente;
- 6) Solidariedade profética e qualificada;
- 7) Vida comunitária personalizada e participativa;
- 8) Juventude e futuro.

Que Maria, Mãe e Companheira, e todas aquelas e aqueles que, sensíveis aos 'sinais dos tempos', nos precederam na caminhada, fortaleçam nosso caminho e criatividade fiel